

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTORIA

**Pensamento político e Projeto de um imigrante japonês em 1946:
Uma interpretação dos testemunhos de Tokuichi Hidaka no
documentário “Yami no Ichinichi – O Crime que Abalou a
Colônia Japonesa no Brasil”**

Erick Conceição de Ciqueira

Rio de Janeiro

2019

**Pensamento político e Projeto de um imigrante japonês em 1946:
Uma interpretação dos testemunhos de Tokuichi Hidaka no
documentário “Yami no Ichinichi – O Crime que Abalou a
Colônia Japonesa no Brasil”**

Erick Conceição de Ciqueira

Monografia apresentada ao Instituto de História da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários para a obtenção do Título de Bacharel
em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marieta M. Ferreira

Rio de Janeiro

2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
1.1. A QUESTÃO PROPOSTA	3
1.2. O ESTABELECIMENTO DO AUDIOVISUAL COMO FONTE HISTÓRICA	6
1.3. COMO LER E TRABALHAR O DOCUMENTÁRIO “YAMI NO ICHINICHI”	11
CAPÍTULO 2	
2.1. A MEMÓRIA DO CÁRCERA: O DEPOIMENTO DE TOKUICHI HIDAKA SOBRE OS ANOS NA PRISÃO	15
2.2. O DEPOIMENTO DE AKIRA YAMAUCHI E O LUGAR DO NÃO-DITO	19
2.3. O ATENTADO CONTRA JINSAKU WAKIYAMA	22
2.4. SERVINDO A PÁTRIA E O IMPERADOR: SOBRE O <i>KOKUTAI</i>	26
CAPÍTULO 3	
3.1 SITUANDO HISTORICAMENTE O PROJETO DE TOKUICHI HIDAKA	33
3.2 A RETÓRICA SOBRE O BRASIL DE VARGAS NO DOCUMENTÁRIO	34
3.3 ASSIMILAÇÃO, EUGENIA E O PERIGO AMARELO	39
3.4 POSSIBILIDADES ESTRANGULADAS E UM LIMITE CHAMADO TRAIÇÃO	49
CONCLUSÕES	52
ANEXO	55
BIBLIOGRAFIA	56
FONTES	58

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende revisitar um dentre uma série de atentados ocorridos no interior da comunidade japonesa em São Paulo. O “Caso Shindo Renmei”, como ficou conhecido pela imprensa, foi uma reação violenta às notícias da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Para uma parcela da comunidade japonesa, especialmente a mais humilde e com dificuldades na língua portuguesa, a rendição do Imperador era algo inconcebível e tais notícias eram parte da propaganda dos inimigos para provocar confusões.

Os atentados ocorreram ao longo do ano 1946, supostamente orquestrados por uma única organização política clandestina, a Shindo Renmei (Liga do Caminho dos Súditos). Auxiliados por um documentário que reproduz depoimentos de um dos participantes desses atentados, julgamos oportuno o ineditismo de uma testemunha direta dar sua versão do passado e desse episódio tabu na comunidade nipo-brasileira. Para poder trabalhar bem com uma fonte filmográfica, situando e reconhecendo seus alcances e limites, o primeiro capítulo buscará embasar teórica e metodologicamente, questões referentes à relação do uso dos filmes e principalmente dos documentários como fontes históricas¹.

O segundo capítulo analisa as falas dessa testemunha em dois momentos distintos dentro da cronologia montada pelo documentário. O primeiro são as memórias do cárcere (o cotidiano na prisão, o momento do transporte com os outros detentos). Um exame cruzado com outras memórias de outros detentos evidenciará como essas memórias são apreendidas e organizadas de modo díspar entre diferentes detentos e familiares de detentos. O segundo momento são as memórias do atentado. Essa é a parte mais interessante do estudo, pois pelas falas do depoente é possível apreender aspectos do pensamento político subjacente a esses atentados que, no nosso entender, nunca recebeu a devida atenção. Nessa última parte do capítulo, valemo-nos de uma bibliografia especializada no nacionalismo japonês de inícios do século XX e sua paulatina construção desde a Restauração Meiji (1868).

A noção de “projeto” elaborada por Gilberto Velho é a chave que encerra o segundo capítulo e abre a porta do terceiro. Sendo o projeto uma confluência entre o indivíduo, seus valores e expectativas e o campo de possibilidades em que ele se insere, o terceiro capítulo elabora o Brasil que recebe os japoneses, sua receptividade, sua disposição de aceitar esse

¹ Ao nos basearmos em arquivos audiovisuais para a execução desta monografia, reconhecemos que a permanência desses arquivos em endereços digitais é um tanto inconstante, sujeito a súbitas remoções ou demais problemas técnicos que tornem os endereços aqui indicados eventualmente inutilizáveis. Assim ocorrendo, qualquer solicitação das fontes utilizadas poderá ser feita entrando em contato com o e-mail do autor: erickhistoriakusei@gmail.com.

contingente populacional em seu corpo nacional e a progressiva transformação do japonês, na visão brasileira, de elemento indesejável a inimigo nacional. Muito além de mero denunciamento, a elaboração desse cenário de hostilidade e estranhamento nos permitirá evidenciar o estrangulamento desse campo de possibilidades que independente de atentado ou não, não teria alternativa senão colocar aquele “elemento alienígena” em perpétua condição de ilegalidade. Estaria assim situado o atentado no projeto de vida da testemunha do documentário.

Este estudo conclui, por fim, em duas direções. A primeira chama a atenção para a viabilidade no aprofundamento dos estudos asiáticos, uma vez que é evidente a existência de um pensamento político manifesto em determinado ponto do passado brasileiro por uma população que antes de se tornar nipo-brasileira era de fato nipônica, imersa em um modo de ser e de existir e de agir politicamente que é nipônico. A boa compreensão dessa dimensão dos primeiros imigrantes tem, portanto, muito a ganhar pelo estudo desse pensamento político, de seu desenvolvimento ao longo do tempo e de suas diferentes apropriações e interpretações por diferentes seguimentos da sociedade japonesa.

A segunda direção por onde esse estudo conclui é na sugestão de uma proposta de historicização do passado nipo-brasileiro. Ao entender o episódio da Shindo Renmei como parte de um processo traumático que é bem anterior à própria Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, alertamos da qualidade desse passado como uma crise traumática (conforme elaborada por Jörn Rüsen) compartilhada por parcela de japoneses e nipo-brasileiros até o dia de hoje. Ao abrir a possibilidade de historicizar o episódio traumático geralmente silenciado, a possibilidade de uma compreensão ampla e íntegra do próprio passado é capaz de minar os efeitos dessa cisão teleológica na história da comunidade nipo-brasileira e sua subsequente crise de identidade.

CAPÍTULO 1

1.1 A QUESTÃO PROPOSTA

Os estudos sobre a presença dos japoneses no Brasil ainda não são tão numerosos em nível nacional. Isso não significa, com certeza, que não existam estudos de considerável relevância para quem possa tomar interesse no estudo dessa temática, como é o caso do livro pioneiro de Hiroshi Saito, intitulado “*O Japonês no Brasil*”, de 1961, ou a tese de doutorado de Ruth Cardoso, “*Estrutura Familiar e Mobilidade Social: Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo*”, de 1972. Para além desses dois trabalhos mais antigos, os estudos sobre os nipo-brasileiros ganharam um forte impulso na última década com publicações acadêmicas por parte de nikkeis² em universidades paulistas; as menções mais importantes para este trabalho e que servirão como base para o mesmo, são os estudos de Rogério Akiti Dezem e Marcia Yumi Takeuchi. O primeiro contribuiu consideravelmente nos estudos sobre os nikkeis durante a Segunda Guerra Mundial³, enquanto Takeuchi, que infelizmente nos deixou cedo demais, realizou uma extensa pesquisa nos prontuários do DOPS de São Paulo, explorando o que ficou conhecido como o “Perigo Amarelo” em imagens satíricas⁴. Estas duas instâncias são centrais para o trabalho proposto, pois pretendemos explorar as declarações feitas por um dos japoneses que chegaram durante a primeira metade do século passado e que viveu os tempos conturbados do Estado Novo.

Se para muitos brasileiros o Estado Novo foi um período no mínimo dúbio, do ponto de vista da legitimidade de suas ações (ora benevolentes para os trabalhadores como nunca antes nenhum governo havia sido, ora autoritária e arbitraria como sendo o regime de exceção que foi), no pior dos casos, o Estado Novo foi “um dia de escuridão” para aqueles que foram marcados pelo Estado como sendo inimigos da nação depois de seu alinhamento tardio com os Aliados na Segunda Guerra Mundial, em 1941. Evidentemente, não temos a menor

² *Nikkei*, do japonês 日系 (につけい / ni - k - ke - i), abreviatura de “nikkeijin” (日系人), diz respeito a toda pessoa de nacionalidade não-japonesa descendente de japoneses. Para fins de esclarecimento para o leitor e de sistematização deste trabalho, alguns comentários básicos sobre a língua japonesa são necessários. O japonês é uma língua derivada da língua chinesa e possui três formas de escrita; o primeiro deles, o *kanji* (漢字), é a adoção dos caracteres chineses, que possibilitam a distinção entre as palavras, muitas delas homófonas. As outras duas são formas de escrita fonéticas, o *hiragana* (ひらがな) e o *katakana* (カタカナ);

³ DEZEM, Rogério. “Hi-no-maru manchado de sangue - A Shindo Renmei e o Deops/SP” in TUCCI CARNEIRO, M. L., TAKEUCHI, M. Y., *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*, São Paulo: Edusp, 2010.

⁴ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo, Editora Humanitas, 2008.

pretensão de minimizar, por meio deste paralelo, qualquer forma de penúria e repressão sofrida por brasileiros contrários ao regime varguista, nem mesmo a toda a sorte de imigrantes italianos e alemães que tenham sofrido represálias ao serem automaticamente associados como inimigos da nação brasileira. Estamos tão somente concentrando nossos esforços analíticos em uma comunidade em particular participante deste momento na história, sem que isso implique necessariamente em uma negligência a outros grupos e comunidades já pesquisadas pela comunidade acadêmica.

“Um dia de escuridão”. Com tal expressão entre aspas presente no parágrafo anterior, fazemos alusão ao documentário que serviu de inspiração para este estudo, intitulado “Yami no Ichinichi – O Crime que abalou a Colônia Japonesa no Brasil”⁵. Essa produção foi estreada em 2012 como parte do Projeto ABRANGENCIAS, idealizado pelo diretor do documentário, o advogado Mario Jun Okuhara. O projeto teve por objetivo a denúncia de violações contra direitos humanos cometidos contra os imigrantes japoneses e seus descendentes durante e após o Estado Novo; Apesar do passar das décadas, a comunidade nikkei nunca havia se pronunciado até então sobre esses excessos que foram desde fechamento de escolas, proibição da fala na língua materna e prisões das mais arbitrárias (sendo o ápice delas, o encarceramento na Ilha Anchieta de vários japoneses envolvidos e não envolvidos com o caso Shindo Renmei). Anos após o início das sessões na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva em 2013⁶, que trataram desses encarceramentos entre outros crimes de intolerância étnica, o reconhecimento oficial por parte do Estado brasileiro acerca desses crimes culminou com o estabelecimento de uma data comemorativa em lembrança aos mais de 170 encarcerados na ilha, em setembro de 2017⁷, tendo o Projeto ABRANGENCIAS alcançado aí o ápice de seu objetivo: o resgate de uma história até então muito posta de lado na história oficial da imigração japonesa. Uma história até então pacífica demais, mas com um silêncio desconcertante entre as décadas de 1930 e 1940. À luz dessa trajetória, um filme com anos de produção fora apresentado para reunir o testemunho de uma das testemunhas que também fora preso ainda bem jovem, em 1946, o senhor Tokuichi Hidaka, numa produção documentária que reúne o testemunho com uma narração que busca contar o passado desses imigrantes durante o Estado Novo. O resultado disso é o documentário *Yami no Ichinichi: O Crime Que Abalou A Colônia Japonesa no Brasil*.

⁵ 闇の一日 (やみのいちにち/ yami no ichinichi); “um dia de escuridão”, em tradução literal.

⁶ <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=338713> (Acessado em setembro de 2018)

⁷ <https://www.ubatuba.sp.gov.br/noticias/ubatuba-comemora-dia-do-imigrante-japones/> (Acessado em setembro de 2018)

Tomando em consideração a bibliografia construída até então sobre a questão dos imigrantes japoneses no Brasil, seja ela durante ou até mesmo antes do Estado Novo, este estudo pretende tomar os relatos da testemunha central de Yami no Ichinichi. Tokuichi Hidaka, à luz desta mesma. É oportuno, após este cruzamento, alguma reflexão sobre a perseguição cometida contra a comunidade japonesa imigrada no Brasil, na medida em que esta foi vivenciada como um forte trauma manifestado pela hostilidade do nacionalismo brasileiro, que fechou o cerco contra os chamados quistos étnicos ao submeter essa comunidade sob intensa vigilância. O trauma é agravado pela Segunda Guerra Mundial, que após o alinhamento do Brasil com os Aliados, põe estes japoneses como uma ameaça nacional; a derrota do Eixo e a rendição do Imperador Hirohito em 1945 configura um choque agravante numa comunidade que via o seu soberano até então como invencível⁸. E mesmo com o choque essa noção persistiria, pois a notícia da rendição do Japão fora interpretada por muitos como uma invenção de propaganda. Para uma parcela dos imigrantes japoneses aqui residentes, a própria suposição de que o Imperador havia sido derrotado configurava uma traição em si mesma contra o espírito japonês, contra a pátria japonesa, contra o *nihon damashi*⁹ ou o “espírito japonês”.

Tal reação contra a “suposta” derrota fez com que nascessem agrupamentos políticos clandestinos no seio da comunidade nipo-brasileira (é bom lembrar que desde 1938 passou a ser proibido aos imigrantes o direito de manifestação política, seja individualmente ou em associação) com o fim de proclamar a vitória do Japão e punir os traidores que acreditavam nas notícias falsas que circulavam nos meios de comunicação. O mais famoso deles e que circulou na imprensa foi a Shindo Renmei, a Liga do Caminho dos Súditos; mas como se verá adiante, essas articulações clandestinas não eram tão unificadas quanto se propagandeava, nem eram elas coordenadas de forma centralizadora pela Shindo Renmei e nem a ela se resumia. Ao sustentar a supremacia da nação japonesa contra aqueles que aceitavam as notícias de sua derrota, se tornou comum denominar esse conflito como o conflito *kachigumi-makegumi*, ou “vitoristas versus derrotistas”. No documentário em questão, foco de nosso estudo, é contado um capítulo da história de Tokuichi Hidaka; um capítulo situado nesse cenário aqui resumido.

É do interesse deste trabalho, a partir da interpretação crítica do documentário descrito, inserir o testemunho deste indivíduo nesse episódio da história da imigração

⁸ DEZEM, op. cit. p.2

⁹ op. cit. p.10

japonesa no Brasil, o último sobrevivente desse episódio que livrou o ocorrido de perecer nas mãos do silêncio.

1.2 O ESTABELECIMENTO DO AUDIOVISUAL COMO FONTE HISTÓRICA

Antes de nos dirigirmos ao documentário em si, existem questões referentes à nossa fonte que merecem considerações cuidadosas, pois são elas que irão conferir sustentação ao nosso trabalho; nesse sentido, o presente capítulo tem o propósito de explorar as questões teórico-metodológicas relativas ao uso do documentário como uma fonte de análise historiográfica.

Yami no Ichinichi tem o mérito de dar voz a um personagem de um episódio até então documentado apenas pelos órgãos oficiais, por meio de prontuários. A voz dos prisioneiros da Ilha Anchieta nunca chegou a ser objeto de interesse na área acadêmica até pelo menos inícios dos anos 2000. Mesmo havendo uma Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil em 1988, os dados levantados por essa comissão não suscitaram estudos mais aprofundados pelo menos até a primeira década de nosso século. Também vale ressaltar que tais estudos costumam se concentrar na perseguição à comunidade de imigrantes japoneses e seus descendentes como um todo e não com algum episódio em específico desses tempos mais difíceis que, podemos estimar, começam em 1938 e atingem o seu ápice em 1946, ano das prisões reportadas pelo documentário. Assim sendo, desde 2012, ano de estreia do documentário em questão, o testemunho de Tokuichi Hidaka serve ao estudioso da história dos japoneses no Brasil como uma nova fonte para ser examinada, reexaminada e cruzada com outras fontes documentais e relatos orais, sejam de nikkeis de primeira geração ou de familiares que entram em contato com a experiência da imigração e de seu passado por meio da *memória herdada*¹⁰ de seus familiares e de seus semelhantes na comunidade nipo-brasileira.

Ao considerarmos o uso do documentário como fonte para o historiador, para que o uso adequado e crítico dessa fonte seja bem efetivo, devemos nos concentrar em alguns pontos. Primeiramente, o documentário é uma fonte cinematográfica antes de qualquer coisa, portanto, é importante que essa fonte seja tratada como uma fonte relacionada ao cinema em sentido amplo. Após isso, poderemos entrar em detalhes quanto à diferença entre o cinema ficção e o cinema documentário. No debate cinematográfico mais técnico, existem aqueles

¹⁰ Memória herdada aqui é baseada no entender de Michael Pollak em POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.3-15, 1989

que afirmam que essas diferenças são inexistentes após muitos experimentos de produções que buscaram diminuir a linha entre o real e a ficção ao longo dos anos¹¹; mas ao fim e ao cabo, os fundamentos dessa afirmativa repousam em experimentos narrativos que buscam atenuar a distância entre o real e a ficção, não necessariamente pondo em evidência a estrutura narrativa do cinema-ficção e do documentário per se como sendo mais mútuas do que se pensava¹². A partir dessa constatação, compartilhamos de semelhante pressuposto aos autores que buscamos elencar para fundamentar o nosso trabalho a nível teórico: enquanto que o cinema-ficção possui a possibilidade de transmitir um efeito de real¹³, o cinema-documentário possui um maior peso persuasivo sobre o espectador ao repousar sobre a premissa de que este gênero está resgatando e reproduzindo uma realidade não-fictícia. Tal é o caso quando procuramos lidar com a trajetória de vida de Tokuichi Hidaka: até então o seu nome fora tão somente mais um nome num prontuário entre outros tantos encarcerados na Ilha Anchieta que tiveram a expulsão do Brasil decretada em agosto de 1946. Após uma intervenção cinematográfica, suas impressões, seus relatos, enfim, o seu testemunho ganhou forma e conteúdo em um documento cinematográfico depois de décadas de silêncio não só seu, mas de uma comunidade inteira.

As diferenças entre ficção e documentário serão aprofundadas em outro momento. Consideramos pertinente nos mantermos ao primeiro ponto explicitado no parágrafo anterior para daí derivarmos deste uma questão: sendo o documentário uma fonte cinematográfica, como o historiador lida com uma fonte dessa natureza? A resposta para essa pergunta enseja um entendimento sobre como o documento cinematográfico foi entendido e qualificado pelo mundo que o produziu ao longo de mais de um século desde a criação do cinema.

A bem da verdade, quando Marc Ferro formula suas reflexões sobre a relação entre o cinema e a história nos anos 1970, ele traz consigo uma discussão já identificável antes mesmo da virada do século XIX para o XX sobre a natureza do documento cinematográfico e sobre o seu potencial como um documento crível para os historiadores. Quando o polonês Boleslas Matuszewski sustenta que “o evento filmado era mais verdadeiro que a fotografia, na medida em que esta última admitia retoques”¹⁴, ele não está apenas afirmando o documento cinematográfico como um registro mais autêntico do que os demais por ser um “testemunho

¹¹ KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico, p.239

¹² Ibid.

¹³ FEITOSA, Andre Fonseca. O documentário enquanto fonte histórica: possibilidades e problemáticas. In: XXVII Simpósio Nacional de História, Conhecimento histórico e diálogo social, Natal: Anais. Natal: ANPUH. 2013, p.7

¹⁴ KORNIS, op. cit. p.240

ocular verídico e infalível, capaz de controlar a tradição oral”¹⁵; Matuszewski também está tentando institucionalizar o documento cinematográfico ao propor a criação de um acervo, ou em suas palavras, um “depósito de cinematografia histórica”. Quando o autor de “*Une nouvelle source de l’histoire: création d’un dépôt de cinematographie historique*” evoca o cinema como “uma nova fonte da história”, ela o faz baseado num entendimento de que a captura das lentes da câmera é, no mínimo, uma captura incontestável do real.

Dando prosseguimento à sua reconstituição da discussão teórica do cinema, Monica Almeida Kornis evoca o debate entre os cineastas russos Serguei Eisenstein e Dziga Vertov como um contraponto à visão de Matuszewski. Os dois serão os primeiros a constatar algo que será basilar para Marc Ferro: o sentido do filme só é dado pela montagem dos planos, não pela captura dos planos em si. É a montagem que dá vida aos planos filmados e fornecem-lhe um significado. Eisenstein considerava que era a linguagem criada pela montagem desses planos que forneceria uma análise sobre o funcionamento da sociedade, apontando, portanto, para a necessidade de consultar a estrutura interna da linguagem cinematográfica. Quanto a possibilidade de expressar a realidade, Vertov só a admitia para o filme documentário, conservando a prioridade dominante dada a esse gênero, muito comum e mais abundante nos inícios do século XX do que o cinema ficção, que só viria a explodir em quantidade de produções posteriormente¹⁶.

É num entendimento bastante semelhante ao desses cineastas russos que Marc Ferro reverte a principal objeção feita à ideia do uso do cinema como fonte histórica contra si mesma. Se as fontes cinematográficas não são confiáveis por serem imagens manipuladas de acordo com o ponto de vista de um cineasta, a recíproca é verdadeira para as fontes escritas. No melhor estilo “pau que bate em Chico bate em Francisco”, Marc Ferro retorna a dúvida para as fontes escritas consagradas pela historiografia tradicional e evidencia semelhante caráter de montagem e reconstrução entre as atividades do cineasta e a do historiador que prioriza as fontes escritas. Tomemos nota da observação que faz Ferro:

Mas ninguém diria que a escolha desses documentos, a forma de reuni-los e o enfoque de seus argumentos são também uma montagem, um truque, uma trucagem. Basta se perguntar: com a possibilidade de consultar as mesmas fontes, será que os historiadores escreveram, todos eles, a mesma história da Revolução?¹⁷

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro. Paz e terra, 2010, p.84

Existem pelo menos três razões que nos permitem compreender a necessidade de defesa por uma nova possibilidade de se analisar a história. Duas delas são fornecidas pelo próprio Marc Ferro. Numa inspiração foucauldiana, ele aponta para quais “*monumentos do passado*” os historiadores vieram a elencar suas fontes de maneira a refletir suas próprias hierarquias; quanto mais ligada ao Estado, encarregada da Nação, essas fontes estivessem e quanto mais próxima de seus dirigentes, melhor. Após os arquivos confidenciais de Estado, estariam os textos jurídicos e legislativos e os impressos de jornais, arquivos não confidenciais e que circulam entre as pessoas cultas. Na base, estariam as fontes escritas não-relacionadas às instituições governamentais, como fontes escritas ligadas às tradições locais, relatos de viajantes ou biografias¹⁸. O que se percebe de comum nessa hierarquia é a hegemonia do documento escrito e essa hegemonia se provava uma barreira para o cinema no lugar dos estudos históricos. Porém, antes de passarmos para a segunda razão, vale a pena uma observação oportuna de Eduardo Morettin sobre essa tradição historiográfica positivista, pois ajuda a nuançar um pouco a visão sobre uma historiografia às vezes excessivamente menosprezada¹⁹. Numa leitura atenciosa de *Introdução aos Estudos Históricos*, da autoria de Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, Morettin nota que fontes não-escritas eram sim utilizadas, numa espécie de último recurso, quando as fontes escritas eram escassas. Seu uso era permitido sim, sob fortes restrições metodológicas²⁰. De acordo com os próprios:

“Para os períodos e espécies de fatos sobre os quais os documentos são raros, como a Antiguidade e os usos da vida privada, foram feitas tentativas de utilizar obras literárias, poemas épicos, romances, peças de teatro. O procedimento não é ilegítimo, mas está limitado a várias restrições que estamos muito propensos a esquecer²¹.” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p.164, tradução nossa).

Se o romance, o poema e o teatro já tiveram a possibilidade de serem admitidos dentro da historiografia da chamada Escola Metódica, o que havia então de errado no cinema? Segundo Marc Ferro, nos primórdios do cinema, as produções cinematográficas dispunham

¹⁸ FERRO, op. cit. p.82

¹⁹ É Antoine Prost que irá criticar severamente uma atitude de “estudantes que jamais leram uma linha” de Charles Seignobos e que não obstante afirmam sem sombra de dúvidas se tratar de uma história “rudimentar, indigente, *évènementielle*, política e (...) positivista.” Cf. PROST, Antoine. Charles Seignobos revisite. In: *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, n° 43, juillet-septembre 1994. Dossier: Histoire au present de la “political correctness” p. 100

²⁰ MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n° 38, 2003, p.22

²¹ No original, “Pour les périodes et les espèces de faits sur lesquelles les documents sont rares, pour l’antiquité, pour les usages de l’avie privée, on a tenté d’utiliser les oeuvres littéraires, poèmes épiques, romans, pièces de théâtre. Le procédé n’est pas illégitime, mais à condition de le limiter par plusieurs restrictions qu’on est très porte a oublier.”

de uma péssima reputação nos meios cultos. “Uma máquina de idiotização e de dissolução, um passatempo de iletrados, de criaturas miseráveis exploradas por seu trabalho”, assim Ferro cita o escritor Georges Duhamel, garantindo que “o cardeal, o deputado, o general, o notário, o professor, o magistrado” compartilham de semelhante julgamento. E não só na esfera dos letrados, mas mesmo no âmbito jurídico a obra cinematográfica não tinha sua autoria reconhecida; no máximo, era o roteirista do filme que a detinha, mas o cineasta responsável pelas imagens em movimento. Com exceção dos regimes soviético e nazista, que conseguiram perceber e rapidamente valorizar o valor do cinema como arma de propaganda, o cinema era visto como um entretenimento menor²².

Mas acreditamos que também existe uma terceira razão desse desprestígio do cinema entre os historiadores no início do XX que está relacionada com a primeira, sobre a hierarquização estabelecida das fontes escritas oficiais sobre o restante. Devemos lembrar que no início do século XX, a maioria das produções cinematográficas eram no formato do filme documentário, ou cine-jornais sobre atualidades, como aponta Monica Kornis²³. Dessa constatação, somos convidados a lembrar, também, que o processo de institucionalização da própria disciplina histórica durante o século XIX passou pelo crivo do distanciamento crítico; só era possível estabelecer um juízo crítico sobre o passado uma vez que estes os registros deste estivessem submetidos a um método: arquivados, catalogados e por fim, aí sim, qualificados. Ora, os registros do mundo contemporâneo não só não comportavam a metodologia da Escola Metódica, pois diziam respeito a fatos do passado ainda em andamento, como também não exigiam a erudição que era de se esperar de um historiador profissional, portanto, o estudo da história contemporânea estaria vulnerável à presença de amadores. É nesse quadro de institucionalização da História reconstituído por Marieta Ferreira que ela explica a desqualificação dos testemunhos diretos e o desprezo dos historiadores universitários do final do XIX pela história recente²⁴. E se é verdade que o relato oral era desprezado por não ser um material catalogável, arquivável e estar fora do escopo do historiador profissional, tão verdade o é para o filme.

A transformação radical que veio nos anos 1930 com a Escola dos Annales redimensionou completamente o trabalho do historiador, que deixou de narrar e passou a explicar. Mas, Ferro observa, o velho hábito de adotar um tipo privilegiado de fonte

²² FERRO, op. cit, p.83

²³ KORNIS, op. cit, p.240

²⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, nº3, p.3

permaneceu. Importa agora alcançar as estruturas da sociedade, explicar as mudanças invisíveis na *longue durée*. Para tanto, as fontes em série, sejam séries demográficas ou preços, possuem um grau de importância muito maior do que uma tomada cinematográfica²⁵. A disciplina histórica sofreu uma transformação profunda, mas não seria até os anos 1970 que novos métodos e novas fontes pudessem entrar no rol de métodos e abordagens para a análise do passado. Quando a história das mentalidades fornece espaço para o desenvolvimento da história do imaginário, é nesse momento onde Marc Ferro consegue trazer a atenção do cinema como uma oportunidade singular de captar as estruturas de uma sociedade. O historiador e cineasta, especializado na Revolução Russa e nas produções cinematográficas soviéticas e nazistas, escreveu “*O filme: uma contra-análise da sociedade?*”, seu texto mais contundente sobre a relação entre história e cinema. Publicou pela primeira vez na revista *Annales* em 1973 e republicou diversas vezes até 1980²⁶; entender a trajetória da produção acadêmica de Marc Ferro nos ajuda a compreender qual era o seu projeto ao qualificar o cinema como um objeto de análise para os historiadores, que segundo Morettin é a constituição de uma nova ciência:

“Em *Société du XX siècle et histoire cinématographique*, artigo de 1968, Ferro afirma que a ‘sociohistórica cinematográfica’, então nascente, constitui uma nova área das ciências e que, como estas, ‘se desenvolverá ao nível da pesquisa, da criação, do ensino’. E como toda ‘ciência ainda balbuciante, ela deve começar por verificar a exatidão de sua análise’.” (MORETTIN, 2003, p.19)

A ambição foi grande, mas ela não chegou a tanto. O caráter de projeto inacabado permaneceu e sua produção sobre o cinema não chegou a alcançar a mesma profundidade do que seus trabalhos sobre a Revolução de 1917 e a Primeira Guerra Mundial. Porém, se ele não conseguiu fundar uma nova ciência, permanece evidente que ele conseguiu fundar, junto à Nova História dos anos 1970, um novo caminho para a análise do passado, bem como um novo método para lidar com a fonte audiovisual.

1.3 COMO LER E TRABALHAR O DOCUMENTÁRIO “YAMI NO ICHINICHI”

“*O filme: uma contra-análise da sociedade*” alça em definitivo o cinema como uma fonte para os historiadores na medida em que Marc Ferro identifica o cinema como um testemunho, capaz até de mobilizar órgãos censores que temem a sua capacidade de irromper

²⁵ FERRO, op. cit, pp. 84-85

²⁶ MORETTIN, op. cit, p.13

com visões estabelecidas pelas instituições, gerando inquietação nos poderes públicos e privados²⁷. Esse ponto é muito importante para o nosso trabalho, pois nos permite pensar o documentário “Yami no Ichinichi” não só como uma produção cinematográfica que busca sustentar uma face esquecida do passado nipo-brasileiro como acaba sendo uma contra-análise de uma história da imigração japonesa que sempre se mostra irrealmente e demasiadamente harmoniosa, quando há um silêncio ensurdecido envolvendo as décadas de 1930 e 1940 que fornece o conflito e a tribulação.

Outro ponto, esse de extrema importância para nós que a metodologia proposta por Marc Ferro salienta é esta: durante a fase inicial desta pesquisa, o trato com a nossa fonte estava puramente concentrado nos testemunhos de Tokuichi Hidaka, ao ponto de pensarmos estar trabalhando com um trabalho envolvendo a história oral. Nada mais distante da verdade. Não só viríamos a perceber que o trabalho da história oral envolve uma metodologia irrealizável pelo intermédio da análise de um filme, pois se pressupõe a entrevista e a criação das fontes pelo historiador que se envolve diretamente com o seu objeto²⁸. No caso deste trabalho, os testemunhos aqui analisados são fornecidos *no* filme e também *pelo* filme, uma vez que esse testemunho é mediado por uma produção que encadeia e posiciona os planos, escolhe os momentos em que tal fala será exibida, que interrompe esse testemunho para evocar informações seja pelo narrador, seja pela voz de alguma terceira pessoa, que adiciona determinados áudios em determinados planos para criar um efeito sobre o telespectador, enfim, coisas como a estrutura interna do filme e a linguagem cinematográfica devem ser levadas em conta caso queiramos realizar um trabalho com uma minimamente aceitável com uma fonte dessa natureza. Além dessa semiologia da leitura, também será necessária uma semiologia da realização²⁹, ou seja, apurar na medida do possível o público alvo desse documentário, onde ele circula e com que finalidade, pois para Marc Ferro, “a crítica não se limita ao filme, ela se integra ao mundo que o rodeia e com o qual se comunica necessariamente”³⁰.

²⁷ FERRO, op. cit, p.85

²⁸ Ao ler o capítulo de Ronald J. Grele intitulado “*Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral*”, presumia-se pelo título algum tipo de questionamento à memória dos entrevistados mais idosos, quando na verdade não se tratava de nada do tipo. Antes, trata-se de um balanço crítico da história oral, de seus métodos, de seus méritos e de suas deficiências trinta anos após a sua fundação. Foram nessas páginas que ficou esclarecido que este não teria como ser um trabalho de história oral, na medida em que o autor jamais teve contato com o depoente para realizar quaisquer entrevistas. Cf. GRELE, Ronald J. *Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva a história oral*. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. cap. 4, p. 267-277.

²⁹ ODIN, Roger. Filme documentário, leitura documentarizante. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, v. 39, n. 37, 2012, p. 13

³⁰ FERRO, op. cit, p.87

No que diz respeito diretamente à crítica das fontes, esses procedimentos mencionados possibilitam a identificação dos “lapsos” presentes no filme. Tais lapsos revelam “o avesso de uma sociedade”³¹, ou a ideologia do filme. É de nosso julgamento que a partir deste momento as formulações de Marc Ferro começam a passar ao largo daquilo que este trabalho se propõe. Afinal, a preocupação que mobiliza o trabalho do autor está situada no desvendamento do imaginário; e são os lapsos presentes nos filmes que permitem desvendar o não-visível por meio do visível. Consideremos a seguinte hipótese, de que:

(...) o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História. E qual o postulado? Que aquilo que não aconteceu (e por que não aquilo que aconteceu?), as crenças, as intenções, o imaginário do homem, são tão História quanto a História.³²

Essa hipótese com certeza é válida para o historiador que está trabalhando com uma história do imaginário, o que certamente não é o nosso caso. Nosso trabalho, como dito no início, tem a intenção de inscrever os testemunhos de um dos imigrantes japoneses presos na Ilha Anchieta em 1946 na produção historiográfica sobre os imigrantes japoneses durante o Estado Novo. Isso envolve um exercício não de história do imaginário, mas de história política num sentido bivalente: por um lado, trata-se de uma história das políticas migratórias brasileiras durante as décadas de 1930 e 1940; por outro, trata-se de uma história do nacionalismo japonês da Era Taisho em terras brasileiras, pois os agrupamentos políticos como a Shindo Renmei são manifestações dessa lealdade ao Imperador e ao império japonês em tempos de guerra. A análise deste documentário não pode desprezar certo exercício crítico de validação das informações dispostas tanto pelo documentário quanto pela produção historiográfica da qual dispomos de base para nossa pesquisa. Nesse sentido, buscamos trazer um complemento à história escrita; não pretendemos extrair do documentário uma história da imigração japonesa; nada muito diferente do que o próprio Marc Ferro já fizera outras vezes, “utilizando o filme de forma ilustrativa, complementar, negando-o ou confirmando-o”³³.

Por estarmos trabalhando com um documentário, entendemos que ele opera de maneira distinta de um filme de ficção. Não tratamos Yami no Ichinichi na mesma medida que trataríamos, por exemplo, “Corações Sujos”. Para Roger Odin, o documentário integra de forma explícita a instrução de ser visto como tal, ou para usar sua expressão, o documentário

³¹ op. cit, p.86

³² Ibid.

³³ MORETTIN, op. cit, p.36

instrui a “*leitura documentarizante*”³⁴, não necessariamente por apenas um modo. Odin enumera casos onde o crédito de um filme instrui essa leitura, ou o sistema estilístico de imagens, ou sons ou imagens e sons, em suma, elementos que induzam o leitor do filme a tornar algo parte desse filme como um Enunciador real em oposição à *leitura fictivizante* do filme, onde geralmente se concebe um “eu-origem fictício” quando não se concebe nenhum “eu-origem” de todo³⁵. Em outras palavras, Marc Ferro reivindica que os filmes fictícios passem por uma leitura documentarizante, como o próprio Odin aponta quando o leitor torna a sociedade que produz o filme como um Enunciador real³⁶. É de nosso entendimento que essas distinções oferecidas por Odin serão auxiliares na tarefa de estabelecer a crítica interna dessa fonte no próximo capítulo, precisando de modo um pouco mais sistemático os caminhos apontados por Marc Ferro.

Para concluir essas notas metodológicas, a tarefa de analisar um documentário ganha em profundidade quando se recorre aos desenvolvimentos técnico-descritivos de um Bill Nichols em seu livro “*Introdução ao Documentário*”. A noção de “*voz de autoridade*” será útil para denotarmos a função do discurso do narrador em seu intuito de passar uma mensagem, ao mesmo tempo em que resgata um passado em silêncio. Auxiliados pela mesma obra, seremos capazes de constatar o estilo misto de *Yami no Ichinichi*, na medida em que intersecciona um estilo mais clássico de documentário (com auxílio de vozes distantes e especialistas sobre determinado assunto) com um estilo mais recente, caracterizado pela autodescrição das memórias e experiências individuais de pessoas pertencentes a uma identidade em comum enfatizada pelo filme.

³⁴ ODIN, op. cit, p. 23

³⁵ op. cit, pp. 14-15

³⁶ op. cit, p.20

CAPÍTULO 2

2.1 A MEMÓRIA DO CÁRCERE: O DEPOIMENTO DE TOKUICHI HIDAKA SOBRE OS ANOS NA PRISÃO

O documentário começa em um fundo negro onde, com uma ambientação meditativa, há apenas a imagem de um incenso queimando que passa a seguinte mensagem:

“Muitos pagaram com a vida os tristes fatos aqui recordados. Outros pagaram com a própria liberdade. O anúncio da rendição do Japão no dia 15 de agosto de 1945, soou falsa para a maioria da comunidade japonesa no Brasil. Foi interpretado como mais um ato de propagando dos Aliados para esfriar o ânimo dos japoneses. Era o fim da ditadura de Getúlio Vargas, marcada por uma brutal repressão contra o “Perigo Amarelo”, provocando o conflito denominado “vitorista-derrotista”. O resultado foi a morte de 24 pessoas e centenas de feridos.”

A mensagem textual na abertura comunica o contexto que precede a situação-chave do documentário, o episódio a ser relatado é introduzido em três partes, no mesmo fundo negro:

“No dia 2 de junho de 1946, o coronel reformado Jinsaku Wakiyama, um dos destacados líderes da comunidade é assassinado em sua casa.”

“O crime foi cometido por 4 jovens, suspeitos de serem membros de uma organização de cunho patriótico chamada “Shindo Renmei”.”

“Tokuichi Hidaka tinha 20 anos na ocasião.”

A primeira imagem que aparece após o título do documentário é a bandeira brasileira hasteada no pequeno barco que transporta Tokuichi Hidaka do litoral paulista na cidade de Ubatuba até a Ilha Anchieta, para onde ele segue a fim de rememorar o tempo em que ele passou encarcerado. O que é imediatamente digno de nota é a bandeira do Brasil sendo a imagem que inicia a narrativa: não se perde de vista a nação onde foi vivida uma vida inteira, não obstante a origem japonesa do imigrante. É a primeira mensagem visual que vincula uma identidade nipônica e brasileira, nipo-brasileira, afirmada ao longo do documentário.

Em seguida, Hidaka dá o primeiro depoimento de suas memórias:

“Nasci no dia 9 de fevereiro de 1926³⁷ na província de Miyazaki, na cidade de Nobeoka. Além disso, meu pai tinha um pequeno comércio. Era uma época difícil. Estávamos numa situação difícil e decidimos vir para o Brasil. Nessa época, eu estava no primário. Não sabia para onde iríamos. Meus pais disseram que iríamos para um bom local. Embarquei pela primeira vez num grande navio em Kobe. Tudo parecia uma grande festa. E foi assim que viemos para o Brasil. Nessa época, eu tinha 7 anos. E como todos os imigrantes, fomos trabalhar no campo. Esse era o modo de vida da época.”

Só após a mensagem inicial e a introdução do depoente é que o narrador ganha voz e apresenta a si e o plano de fundo, situando a história que se pretende passar:

“A família Hidaka chegou ao Brasil em 1932, no início do período que ficaria conhecido como a Era Vargas. Como tantos imigrantes japoneses, o patriarca Ginzo Hidaka, com a esposa e filhos, tiveram seus destinos traçados nas lavouras do interior do estado de São Paulo. Tokuichi Hidaka, hoje com 85 anos, é o último sobrevivente dos anos confusos e violentos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial. Foi um dos 170 detentos japoneses a cumprir pena no presídio da Ilha de Anchieta em 1946. O motivo pelo qual o sr. Hidaka, réu confesso, para o cárcere foi o seu envolvimento no atentado que causou a morte do coronel reformado Jinsaku Wakiyama. 50 anos depois da conquista de sua liberdade, ele retorna para a antiga colônia penal, um presídio de segurança máxima para presos políticos e criminosos de alta periculosidade.”

Finalizada a viagem de barco, o documentário passa as primeiras imagens da Ilha de Anchieta. Um letreiro aparece durante as imagens informando que *“O presídio foi desativado em 1952 após uma sangrenta rebelião dos presos”*. Na verdade, o presídio foi desativado em 1955, três anos após a rebelião³⁸. Para Dirceu Franco Ferreira, o episódio foi o estopim para um velho sentimento de insegurança quanto ao sistema prisional paulista desde fins dos anos 1940; o fechamento do presídio foi um dos primeiros atos da gestão de Jânio Quadros como governador de São Paulo, que vinha atuando de forma incisiva no Parlamento para entender o que fora, até o Carandiru em 1991, a rebelião mais letal do país³⁹.

Apresentada as ruínas do presídio, Hidaka conta como foi levado até a ilha:

³⁷ Apesar de a legenda dar o ano de 1926, Hidaka se localiza cronologicamente de modo diferente: ele afirma ter nascido “no Ano 15 da Era Taisho” (大正十五年 – *taishō jugonen*). A discrepância é digna de nota por indicar a forma como ele próprio se localiza no tempo, pelo calendário imperial japonês.

³⁸ FERREIRA, Dirceu Franco. *Rebelião e reforma em São Paulo: aspectos socioeconômicos e desdobramentos políticos da primeira fuga em massa de um presídio brasileiro (ilha Anchieta, 1952)*. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. p.16

³⁹ *Ibid.* p.197

“De Santos, fomos levados para a ilha de madrugada. Era noite. Nos colocaram no porão do navio. Não víamos nenhuma paisagem, não sabíamos qual seria o nosso destino. Só me lembro de estar sendo levado. E nos fizeram descer quando chegamos na ilha. Não vimos nenhuma paisagem. Cantávamos músicas militares com muito vigor. Época da juventude e amor à pátria⁴⁰. Lembro desse fervor da minha juventude.”

Há uma pausa, alternando tomadas das ruínas com fotos antigas da época em que a instalação ainda funcionava. Recebendo com estranheza o sentimento de estar de volta ao lugar onde fora cativo, Hidaka continua:

“Não é saudoso estar aqui. É uma sensação muito estranha. Havia muitas pessoas mais velhas, acerca de 60 anos. Lamentável para essas pessoas. Dos 170 presos aqui, 140-130 eram inocentes. Não fizeram absolutamente nada. Foram alvos de falsas denúncias. Eram pessoas que acreditavam na vitória do Japão. Existia um “método” para descobrir os vitoristas. A polícia exigia que eles pisassem na bandeira japonesa ou na foto do Imperador. Quem se recusou a fazer isso foi preso. Foi realmente lamentável. Nós éramos jovens. Pensava que retornaria ao Japão. Ainda éramos jovens. Os mais velhos sofreram. Muitas delas que nos deram suporte. Alguns foram levados à ilha por ter-nos ajudado. Mas todos já se foram.”

Mais outro corte. Nessa parte, são comentados os tipos de trabalhos realizados no presídio e a rotina exercitada no dia a dia. Durante o depoimento, fotos dos detentos uniformizados são mostrados à tela, com um destaque para o rosto de Tokuichi Hidaka nas fotos onde este aparece.

“Não fomos submetidos a trabalhos forçados. Pessoas de saúde fraca realizavam trabalhos leves. Pessoas de 50 a 60 anos faziam trabalhos como varrer o chão apenas. Os mais velhos não precisavam fazer nada. Mesmo nos dias de chuva, mantínhamos a rotina na ilha. Das 8h às 11hs. Voltávamos às 11h do trabalho e descansávamos por duas horas. Depois retornávamos ao trabalho. Voltávamos às 18hs para a cela. Escrevíamos cartas para o Japão. Havia pessoas que ensaiavam tocar a flauta “shakuhachi”. Conversávamos muito. Todos liam muitos livros por aqui. Chegavam muitos livros para nós. Em dias de chuva, não saíamos para trabalhar. Havia aqueles que cantavam. Aqueles que escreviam. Nós jovens, estudávamos com os mais velhos. Era o nosso cotidiano. Havia funcionários para costurar os

⁴⁰ 愛国心に萌えてった /aikokushin ni moetetta são as palavras usadas para descrever essa “época de amor à pátria”. O “fervor” é acrescentado oportunamente na legenda seguinte, pois foneticamente, “moetetta” pode referir-se tanto àquilo que *motiva* (萌えてった), como àquilo que *queima* (燃えてった), no caso o “coração que ama a pátria” (significado literal de aikokushin). Em ambos os casos dessa homofonia, aquilo que serve de inspiração (ou “combustível”, num sentido mais poético) é o mesmo sentimento patriótico.

nossos uniformes, mas nós mesmos costurávamos. Entre os japoneses haviam alfaiates. Não era entediante, pois tínhamos muitas atividades.”

Na cena seguinte, o narrador está circulando pelas antigas instalações. Hidaka aponta o local dos dormitórios e dá mais detalhes do interior, descrevendo os hábitos na cozinha e na higiene:

“Era proibido cozinhar aqui dentro. Levávamos nossos ingredientes para a cozinha da ilha. Quando saíamos para a roça, já trazíamos o peixe cozido. Depois dividíamos com todos. Havia uma porta aqui. Tinha uma porta aqui e entrávamos. Isto era o banheiro. Tinha também um chuveiro. Eram três banheiros para cinquenta pessoas. Por isso, não podíamos demorar no chuveiro em respeito ao outro colega. Tomávamos banho aqui. Aqui existiam pias. E um mictório também. Lavávamos as louças aqui. Roupas também. Logicamente, havia grades nas janelas. Que terrível ficou.”

E finaliza:

“As visitas eram permitidas. No início minha família me procurou na Casa de Detenção. Mas não estava mais lá. Levaram um tempo até me achar aqui. E descobriram que eu estava na Ilha de Anchieta. Meu pai veio algumas vezes. E também veio juntamente com a minha mãe. Três ou quatro vezes. Vir de Tupã até aqui era complicado. Era uma outra época. Ir até a estação da Luz de trem, depois ir até Taubate e depois para Ubatuba. E vir de barco da enseada até aqui. Eu saí para o atentado sem avisar ninguém de casa, com receio que pudesse “vazar” alguma informação. Disse que tinha um compromisso com a associação de jovens e meu pai me deu um trocado. Meus pais foram pressionados pela polícia para revelar meu paradeiro, mas não sabiam. E também as famílias do Shinpei Kitamura e Hiromi Yamashita. A polícia achou que estavam mentindo. Não fizeram nada com minha mãe. Mas meu pai e meu irmão foram presos por muito tempo. Pensando agora o quanto a minha família sofreu. A polícia pressionava. Estavam aflitos, mas não sabiam onde eu estava. Só ficaram sabendo do caso por meio do jornal. Em certo aspecto, foi uma enorme ingratidão com meus pais. O que fiz não foi pessoal. Por isso, devem ter-se conformado. Todos me receberam com carinho, quando retornei após cumprir 10 anos de pena. Nessa época, meus pais ainda eram jovens. Porém, quem cuidou deles foi meu saudoso irmão. Tive muito apoio moral da minha família. Sei de casos de outras famílias que romperam relações com eles. Mas, no meu caso, minha família me recebeu de volta. Agradecer agora, depois que eles se foram... mas tenho muita gratidão por eles. Prejudiquei minha família e outras também.”

Nesse momento onde a memória do presídio é levada em consideração, vale um exercício comparativo de análise no modo como ele reconstitui o seu passado: suas lembranças dos anos na Ilha Anchieta perpassam o âmbito do cotidiano, o que as pessoas faziam, liam, cultivavam, trabalhavam, etc. Apesar da condição de encarceramento presumir uma situação de violência, ainda mais num momento onde a hostilidade contra as nações do Eixo já ficara ainda mais exacerbada depois de 1941, não há espaço para episódios de violência ou maus tratos em sua reconstituição. Seja pelo motivo que for, por autopreservação de más lembranças ou para dar inteligibilidade à sua própria trajetória de vida, para as memórias de Hidaka expostas no documentário, o presídio foi um lugar aonde ele pagou por um erro dos tempos de juventude, mas não necessariamente uma violência arbitrária cometida contra ele.

2.2 O DEPOIMENTO DE AKIRA YAMAUCHI E O LUGAR DO NÃO-DITO

O mesmo não ocorre se compararmos esse testemunho com uma memória de outro japonês preso, dessa vez preservada pelo âmbito familiar. Fusatoshi Yamauchi também teve sua expulsão do Brasil decretada em agosto de 1946, pelo prontuário do DEOPS/SP de número 6447, juntamente com seu pai, Kenjiro, pelo prontuário de número 6379. Na mesma sessão da Comissão da Verdade Rubens Paiva que ouviu o depoimento de Tokuichi Hidaka em 10 de outubro de 2013, foi ouvido por reprodução em vídeo o filho de Fusatoshi, Akira Yamauchi. Vejamos como ele transmite a memória que lhe foi herdada pelo pai⁴¹:

Então, vou me testemunhar aqui e procurar recordar o que meus pais diziam, durante a época em que ficaram presos na ilha de Anchieta, época essa da Segunda Guerra Mundial, que culminou com a prisão tanto do meu avô Kenjiro Yamauchi e do meu pai. Os outros dois irmãos do meu pai não foram presos por não ter muita ligação, em termos de patriotismo, em termo... de ser japonês, de lutar por um ideal, mesmo longe da pátria deles.

Agora, que nem cê tava falando, eu acho que falhou também o governo brasileiro, né. Em termos de radicalização, de perseguição, então foi uma época muito difícil, né. E eu tô

⁴¹ O depoimento a seguir foi transcrito pelo autor desta monografia tomando como base o arquivo audiovisual da 83ª audiência da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva disponível em seu website: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/arquivos/videos/casos-de-tortura-e-morte-de-imigrantes-japoneses-1946-1947-parte-1-10-10-13>> Acesso em agosto de 2019. Mas o mesmo depoimento também pode ser acessado pelo Tomo III do Relatório da Comissão, disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-iii/>> Acesso em agosto de 2019

falando também em termos de prisão do meu pai e do meu avô, ocorreu devido ao próprio fanatismo deles. Em termo... de ser patriota, de defender o Imperador, né. E tem uma cena, não é uma cena interessante, que ele contou assim: ele tinha uma certa amizade com o delegado de Tupã. Eu esqueci o nome dele. E quando o DOPS ficou sabendo que meu pai e meu avô tavam envolvido assim, não muito envolvido, mas fazia parte da turma do kachigumi, eles mandaram o pessoal pra cá. E antes do interrogatório o delegado chamou meu pai e falou: “Oh Yamauchi, o pessoal vai perguntar sobre o Imperador. Então cê tem que falar que não, que você não acredita no Imperador, você acredita que o Japão perdeu”. Aí meu pai falou: “Olha, isso eu não vou falar. Se ele perguntar pra mim se eu dou a minha vida pelo Imperador pulando desse prédio, eu dou a minha vida”. O delegado até brincou: “É Yamauchi, não tem jeito. Cê vai pra Ilha e cabô.”

Então, são certas coisas que ele contava... bem, devia ter sido triste naquela época porque, largar a família, ir pra um outro lugar tão longe ficar quase... dois ou três anos que ele ficou lá preso. Mas ele foi com muito orgulho. Não só ele, mas tinha sido confinado ali mais de 140 japoneses né? E lá dentro houve assim, realmente, uma... um tipo de uma perseguição e tortura. Isso ele contou pra mim, não gostava de contar muito, mas uma vez ele contou pra mim. Toda atitude que algum prisioneiro japonês fizesse e o comandante não gostasse... ele disse que tinha um sargento que não gostava dos japoneses e judiava muito. Se cometesse algum ato de indisciplina, eles fazia aquele corredor da morte né, mandava a turma tirar a roupa, passar e eles batia mesmo. Batia que chegava a... meu pai disse que: “Olha, eu nunca chorei de tanta dor que era, mas eu olhava pro sargento e jurava pra ele, ‘um dia eu te pego’. E de tanto que batia, cortava as costas e tudo... esse sargento... ele diz que ficou assim, meio invocado com ele em termos de indisciplina mesmo, meu pai era tipo de um líder, né. E ele judiava mesmo.

Aí teve uma ocasião que o meu pai não aguentou de tamanha tortura e ele revidou. Revidou, pegou o sargento, derrubou ele, tirou o revólver e ele falou: “Olha, eu ia matar o sargento. Mas, aí a turma dele gritaram em coro pra ele não fazer isso: “Não faz isso Yamauchi, se você fizer isso vai todo mundo pra morte aqui!”. Aí ele diz que na hora pensou e parou. E todo esse caso aí parou na corregedoria da DOPS de São Paulo, foi o pessoal lá, ver realmente o que aconteceu...

O que podemos tirar deste depoimento? É nítido o contraste das memórias de Fusatoshi Yamauchi e Tokuichi Hidaka quando analisamos o espaço da violência no cárcere.

No último, há o espaço do cotidiano e sua memória é reconstituída no sentido de afirmar um cotidiano construído e vivido entre os seus. Passados cerca de cinquenta anos, o que mais destoa e urge à menção, é a culpa de ter causado tristeza para a família e a gratidão por ter sido bem recebido de volta ao lar.

Já no primeiro, impera o tipo de lembrança mais comum associadas às prisões, que é a lembrança da violência, da dor e da humilhação perante a impotência de sofrer quieto a violência do Outro. Resta apenas conjecturar os porquês de diferentes lembranças aflorarem numa mesma experiência coletiva. A primeira delas é que, evidentemente, uma experiência coletiva não necessariamente é vivida de forma idêntica por todo o coletivo, ou seja, as formas de cada um absorver e assimilar experiências, ainda que se trate de uma experiência em comum são variadas. Podemos supor também que por ser mais jovem do que Yamauchi à época e não ter o mesmo reconhecimento de liderança que Akira alega para seu pai, Hidaka não tenha sido alvo das violências com a mesma intensidade; pois o que dá pra ser entendido da fala de Akira é que seu pai fora uma figura de liderança entre os japoneses que foram presos.

Uma terceira e mais interessante forma de conjectura diz respeito aos diferentes contextos onde uma memória está sendo transmitida. Como Michael Pollak afirma, “uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada”⁴². Logo, temos duas considerações a fazer.

Primeiro, Tokuichi Hidaka está transmitindo a sua própria memória num contexto de anúncio pública. Ele é, conscientemente, o alvo de um documentário e uma testemunha escolhida por um diretor para contar uma história. A exposição é certa não só para o seu próprio círculo, como para tantos outros desconhecidos. Nesse caso, as angústias vividas na prisão podem acabar entrando na zona do não-dito, seja de forma consciente, ao querer evitar rememorar lembranças dolorosas e humilhantes, ou de forma inconsciente, como uma forma do psicológico se blindar de um trauma vivido há muitos anos.

Já no depoimento de Akira Takeuchi, o que é transmitido não é a sua memória do vivido, mas a memória do que lhe fora transmitido pelo pai. Sendo o contexto bem mais particular, não se trata de uma divulgação filmográfica. Akira passou a ter conhecimento do que seu pai passou na prisão no âmbito doméstico, onde a garantia de relativa privacidade

⁴² POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p.13

permitiu que ele pudesse falar de coisas das quais “não gostava de falar muito” que não seriam tão facilmente acessíveis em outros contextos. Como Michael Pollak sugere, essa zona do não-dito “pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos”⁴³.

O destino mais provável dessa memória silenciada seria o esquecimento, não fosse a iniciativa do filho de Fusatoshi falar à Comissão da Verdade. Se levarmos em consideração o que Pollak pondera sobre as memórias herdadas, podemos dizer que na família Yamauchi houve uma socialização histórica, ocorrendo um fenômeno de identificação com um determinado passado, que legou uma memória herdada⁴⁴. É nesse entendimento que compreendemos o processo pela qual uma memória é herdada por uma comunidade, onde memórias ocultas das narrativas comemorativas sobrevivem ao esquecimento.

2.3 O ATENTADO CONTRA JINSAKU WAKIYAMA

“O pensamento da época não era matar uma pessoa. Era deter um traidor da pátria.”
Tokuichi Hidaka

Até este momento falamos sobre a prisão de Tokuichi Hidaka, abordada na primeira metade do documentário. Em seguida, é investido um certo tempo situando o filme de forma histórica à sua própria maneira, com sua própria retórica sobre a história da imigração japonesa, do Estado Novo, da Segunda Guerra Mundial e do caso Shindo Renmei. Mas antes de entrarmos nesses pormenores, preferimos passar direto para a parte do testemunho sobre o motivo dessa prisão ter acontecido em primeiro lugar. Mais do que apenas apontar perseguições contra grupos étnicos pelo Estado Novo, esta pesquisa se beneficiará bastante analisando o que levaram quatro jovens relativamente humildes a matar um militar reformado japonês, pois o que há de ser nuançado é isto: o que exatamente é esse dever à pátria que impele os seus a deter seus traidores, ainda que não pertençam ao meio militar?

O assassinato foi cometido por quatro jovens ao total, na casa do militar reformado. Hidaka inicia o seu depoimento falando sobre Hiromi Yamashita, o mais velho do grupo. O documentário usa duas gravações para a reconstituição do episódio narrado: a principal, apenas com Hidaka, e uma mais antiga, com ele e Yamashita, ainda vivo na época.

⁴³ op. cit. p.8

⁴⁴ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992. p.201

“O Hiromi Yamashita é um colega mais velho do que eu e também um grande amigo. Nos conhecemos desde a época da guerra. E no atentado contra o coronel Wakiyama, estava eu, o Yamashita, Yoshida Kazunori e Shinpei Kitamura. O pensamento na época não era matar uma pessoa. Era deter um traidor da pátria.

Fomos de gravata para a casa do Coronel Wakiyama, pois ele era um militar japonês, um coronel militar japonês. E assim fomos de terno. Nessa época eu não tinha terno e compramos terno para nós no brechó. Não tenho certeza se estava chovendo ou se fomos depois da chuva. Fomos até Jabaquara de bonde. Subimos as escadas da casa e abriram a porta para nós, e entramos. Combinamos de jamais criar resistência com as autoridades. E também, não machucar inocentes, como mulheres e crianças.

Não entramos com violência nenhuma. Entramos respeitosamente, pois tratava-se de um ex-coronel. Uma pessoa muito importante. Entramos e cumprimentamos o coronel. Não lembro se nos apresentamos. De qualquer maneira, o coronel pediu-nos para sentar, mas ficamos de pé. Estávamos na frente da porta da cozinha. Ele estava sentado com a mesa na frente. Não era uma mesa de qualidade. O Sr. Wakiyama estava sentado.

A família do coronel não fazia barulho. E nós também nos comportamos dessa forma. Escutávamos o barulho de alguém fazendo o café. Com um gesto, Yamashita afastou as crianças que assistiam à cena. E apresentamos a carta de aviso a ele. Mostramos a carta e entregamos juntamente com o punhal para o ritual. O Sr. Wakiyama abriu a carta. Ele leu tudo com muita serenidade. Ele disse que estava velho para o que nós estávamos propondo. Pedimos para que ele fizesse o harakiri como um militar. Fazer o seppuku. Em nenhum momento ele se desesperou, foi uma atitude muito distinta. Um verdadeiro militar japonês.

Assim, pedimos desculpas, dissemos alguma coisa e atiramos.

Quando achávamos que tudo havia terminado... como eu era o último à direita do grupo, fui o último a sair. O coronel estava agonizando. Era necessário mata-lo, para não fazê-lo sofrer mais. O meu último tiro foi o golpe fatal. Fui acusado de sangue-frio. Não queria fazê-lo sofrer mais ainda. A intenção foi encurtar sua dor. Esse era o meu entendimento e assim, dei o último tiro. E assim, saí da sala.

Terminado o atentado, os quatro rapazes se entregaram à polícia. Hidaka e Yamashita explicam o porquê:

Depois do atentado, joguei a arma fora em algum lugar. O delegado quis confirmar a veracidade do que falamos. “Vocês realmente fizeram isso?”. Assumimos o que fizemos. De qualquer maneira, fomos levados para a cela. Quatro rapazes do interior... eu lembro que me

perguntaram: “É verdade?”. “É verdade”, confirmei. Enquanto isso eles tentavam confirmar nossas declarações.

Visto pelo lado brasileiro, parecíamos um bando de bobos. Visto de nossa parte, era um dever perante a pátria. O advogado ponderava... o advogado do Estado. Não lembro com quem comentei. Não existe arma do crime. A família da vítima não nos viu. Não havia nada contra nós. Se dissesse não, poderíamos ficar livres, não havia provas. Nós assumimos o ato como japoneses. Jamais fugiríamos de nossas responsabilidades. E não haveria sentido em nossa ação.

E Yamashita complementa:

Além disso, o atentado contra Chusaburo Nomura, assim como o atentado contra Shigetsuna Furuya causaram a prisão de muitos inocentes. Também, por conta disso, resolvemos nos entregar. Decidimos em grupo nos entregar.

Como tornar esse relato do atentado compreensível para o leigo na realidade histórica japonesa? Como assim *seppuku*? E o que o ex-coronel Wakiyama quis dizer com estar muito velho para isso? O ritual de suicídio é famoso na cultura popular, mas podemos nos debruçar de forma mais incisiva para entender o que é pedir isso de um militar.

Diferente do que costumou ser percebido na Europa do século XIX como uma ruptura psicológica ou como uma reação emotiva a um evento traumático, há no Japão um entendimento específico de suicídio ritualístico, chamado *seppuku*. Evidentemente, o suicídio comum também é uma realidade no país, mas diferente do *jisatsu* (suicídio) individual e contingente, o *seppuku* teve predominância no meio militar desde a ascensão do samurai no século XII, como uma forma de morrer com honra ao invés de nas mãos do inimigo. Toyomasa Fusé, sociólogo da York University, argumenta que o *seppuku* é visto na tradição histórico-cultural japonesa como um papel (*role-behavior*) sancionado de forma positiva em organizações hierárquicas e grupos intrinsecamente ligados (*tightly-knit*)⁴⁵.

A interpretação de Fusé, de base durkheimiana, enquadra o *seppuku* na categoria de suicídio altruísta, sintoma de um ato supremo de responsabilidade e de pertencimento a um grupo. Para ele, tal rito representa um bom exemplo de comportamento individual sendo subordinado às necessidades de coesão social, pois é um ato onde o propósito de significado

⁴⁵ FUSÉ, Toyomasa. *Suicide and culture in Japan: A study of seppuku as an institutionalized form of suicide*. Social psychiatry, v. 15, n. 2, p. 57-63, 1980

do indivíduo é definido em termos maiores do que si próprio a ponto dele prontamente sacrificar sua vida em nome de seu papel social⁴⁶.

O curioso no caso do seppuku durante a Segunda Guerra Mundial é que desde 1874 ele fora banido pelo novo governo Meiji, que enxergava o ato como “uma prática desconhecida para o Ocidente civilizado”. Não obstante a fixação do governo Meiji com a modernização do Japão aos moldes da marcha para o progresso, como definido pelo pensamento nonocentista europeu, o suicídio como uma forma de se redimir pela honra perdida não cessou e pelo contrário, virou prestígio para militares de alto-escalão que renunciavam à própria vida pela nação e pelo Imperador.

Não é surpreendente que Sachi Sri Kantha, da Gifu University, tenha escolhido o suicídio do general Maresuke Nogi como ponto de partida para o seu levantamento de “oitenta e quatro japoneses noticiados” entre 1912 e 2015, dada a natureza extraordinária das circunstâncias de sua morte⁴⁷. Fusé nos apresenta uma tipologia do seppuku, evidenciando a historicidade da prática, seu desenvolvimento e suas ramificações para além de ser apenas uma forma de redenção pela morte, mas também como um tipo de punição por um crime (*keishi*), um protesto contra os erros de seu senhor (*kanshi*) ou até mesmo uma forma de garantir o futuro da própria família (*shobara*)⁴⁸. No caso do general veterano da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), seu suicídio sucedeu imediatamente a morte do Imperador Meiji (1912), que é caracterizado como *junshi*⁴⁹ (quando um súdito segue seu senhor na morte).

Ao analisar estas 84 figuras públicas japonesas que cometeram suicídio num espaço de pouco mais de um século, Kantha constatou 46 militares, dos quais 33 morreram apenas entre 1944 e 1945. Destes 33, 13 cometeram suicídio após a derrota do Japão em 15 de agosto de 1945, entre eles o Ministro da Guerra Anami Korechika e Fumimaro Konoe, que foi primeiro-ministro entre os anos de 1937 a 1939 e de 1940 a 1941⁵⁰. Com o auxílio desse levantamento, fica bastante evidente a significância da antiga prática dos samurais até 1945 como um serviço prestado para a nação. Diante desse quadro, conseguimos entender o que exatamente estava sendo proposto para o coronel Jinsaku Wakiyama.

⁴⁶ Ibid, p. 61

⁴⁷ KANTHA, Sachi Sri. *Suicides of 84 Newsworthy Japanese between 1912 and 2015*. International Medical Journal, v. 22, n. 5, 2015. p.353

⁴⁸ FUSÉ, op. cit. p.60

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ KANTHA, op. cit.

Sendo o coronel reformado um dos seis líderes da comunidade japonesa no Brasil que estavam divulgando a carta de rendição do imperador Hirohito, sua obrigação como militar seria agir à altura da humilhação da derrota, cometendo seppuku. Quando consideramos o método dessa forma bem particular de suicídio, podemos compreender a recusa do coronel e simplesmente aceitar a morte a tiros. Trata-se, em primeiro lugar, de uma morte muito dolorosa, pois visa estripar a si próprio pela região do ventre, fazendo um corte da esquerda para a direita. Além disso, essa mesma região abundante em gorduras e revestida de uma membrana muscular, torna bastante difícil a perfuração da mesma, exigindo força e resiliência para cumprir o seppuku até o fim⁵¹.

2.4 SERVINDO A PÁTRIA E O IMPERADOR: SOBRE O *KOKUTAI*

Por fim, se quisermos entender essa moção que impeliu o atentado no entendimento de se estar cumprindo “um dever perante a pátria”, devemos prestar atenção em que pátria é esta para quem se cumpre o dever. Entender a devoção de Tokuichi Hidaka ao seu país é entender que não se trata apenas de um sentimento patriota perante uma nação, mas perante uma autoridade entendida como suprema e eterna: o Imperador. Nesse sentido, a nação e o Imperador se confundem sob um conceito central para compreender a política e o debate público do fim da Restauração Meiji em 1868 até 1945: o *kokutai*. Uma explicação de ordem semântica é necessária, pois a ambiguidade do termo fez com que sua definição fosse motivo de disputas para os próprios japoneses.

O primeiro caractere de *kokutai* (国体), *koku*, é mais facilmente entendido como “nação” ou “país”. Já o segundo é mais ambíguo, podendo significar “corpo”, “realidade” ou “substância”. Se, portanto, o conceito pode ser entendido como a “substância da nação” ou, como aponta Kevin Doak, “a forma que conjuga a nação; aquilo que sintetiza todos os elementos no domínio em uma unidade singular”⁵², restava saber no que consistiria essa “substância nacional” no Japão depois da Restauração Meiji. Para que tal definição aflorasse, foi preciso um processo complicado de negociações com implicações políticas, legais, morais e culturais. O Imperador com certeza foi figura pivô para o novo sistema político, mas as opções para qual seria o seu papel variaram de acordo com os diferentes projetos políticos em cena. Cada projeto de nação definia seu *kokutai*.

⁵¹ FUSÉ, op.cit p.61

⁵² DOAK, Kevin. *A history of nationalism in modern Japan: placing the people*. Brill, 2006, p.84

Para que o leitor possa compreender qual era a situação política no século XIX demandante de novos projetos de nação, basta esta sinopse de Masao Maruyama em seu *Theory and Psychology of Ultra-Nationalism*⁵³:

Durante a primeira metade do século XIX, os visitantes estrangeiros notavam quase invariavelmente que o país estava sob o mando duplo do Mikado (Tennô)⁵⁴, que era o soberano espiritual, e o Magnata⁵⁵ (Shogun), que exercia o poder política. Depois da Restauração, a unidade foi alcançada removendo toda a autoridade do último, e de outros representantes do controle feudal, e concentrando-a na pessoa do primeiro. Neste processo,..., poder e prestígios foram tragos na instituição do Imperador. E no Japão não havia uma força eclesiástica para afirmar a supremacia de qualquer mundo 'interno' sobre este novo poder combinado e unitário. (MARUYAMA, 1946, tradução nossa)

Consideremos a tradução de Fukuzawa Yukichi quando ele escreve sua *Outline of a Theory of Civilization* (1875). Ao associar literalmente *kokutai* com *nationality*, Yukichi tenta modernizar o conceito de *kokutai* à luz das teorias políticas europeias recentemente traduzidas para o japonês como “*O Espírito das Leis*”, de Montesquieu, “*O Contrato Social*”, de Rousseau e “*A Liberdade*”, de John Stuart Mill⁵⁶, visando formular uma noção de “substância nacional” independente da figura do Imperador. Essa tentativa provoca protestos calorosos na ala mais tradicional que não admitiam a conversão de um conceito intrinsecamente japonês em termos estrangeiros. Tal foi o caso de Yoshioka Tokumei em seu *Kaika Honron* (1879), que sustentara o kokutai como “um conceito essencialmente japonês que se refere à tradição unicamente japonesa de uma linhagem ininterrupta de imperadores ao longo do tempo e impassível de tradução, linguística ou conceitualmente”⁵⁷.

A despeito do ímpeto modernizador dos principais atores da Restaruação Meiji, o novo governo entendia a necessidade de minar as forças revolucionárias ainda em ebulição, consolidar sua autoridade e garantir sua proteção contra outros espectros políticos que tentassem derrubar o governo do mesmo jeito que ocorrera em 1868⁵⁸, o que requeria concessões a visões mais nativistas da particularidade “única” da figura do Imperador. Eventualmente, a Constituição de 1889 mobilizou o entendimento de que ele “era mais do que

⁵³ MARUYAMA, Masao. *Theory and Psychology of Ultra-Nationalism*, tradução por Ivan Morris, In MARUYAMA, Masao. *Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics*, Oxford University Press, 1963, p.4

⁵⁴ Mikado (帝) e Tennô (天皇) são duas formas de se referir ao Imperador.

⁵⁵ No original, “Tycoon”. Uma adaptação anglófona de *taikun* (大君), um dos vocativos referentes ao shogun.

⁵⁶ VALDERRAMA LÓPEZ, Josefa. *Beyond words: the "kokutai" and its background*. HMiC: história moderna i contemporânea, n. 4, 2006, p.126

⁵⁷ DOAK, op. cit. p.88

⁵⁸ op. cit. p.89

um mero monarca constitucional estabelecido por leis modernas e procedimentos designados para resolver contingências políticas”.⁵⁹ O Edito Imperial da Promulgação da Constituição, de 1889, era ainda mais enfático ao sustentar a autoridade do Imperador como algo vindo de sua linhagem ancestral. Não só a mesma era sagrada, como o edito estipulava todos os súditos japoneses como descendentes de súditos bons e leais desta linhagem⁶⁰.

Em outubro do ano seguinte, o Edito Imperial Sobre a Educação definiria a “glória do nosso kokutai” como “a unidade de nossos súditos em lealdade e piedade filial”. Não nos enganemos, porém, quanto a significância desse edito, que foi pedra basilar do sistema de ensino japonês na alvorada do século XX. Na compilação de fontes organizada pelos professores da Universidade de Columbia, Ryusaku Tsunoda, Donald Keene e William Theodore de Bary, é possível encontrar o seguinte comentário precedente à transcrição do documento:

“Cópias do edito eram distribuídas para cada escola no Japão e penduradas ao lado do retrato do Imperador, onde todos lhe prestavam obediência. Eles eram prezados a tal ponto de professores e diretores arriscarem suas vidas para resgatá-los de prédios incendiados. Toda instrução moral e cívica após 1890 foi baseada nos princípios aqui presentes – majoritariamente confucianos. Naquela época, a emissão desse edito refletiu uma poderosa reação às tendências ocidentalizantes dos primórdios da Era Meiji.” (DE BARY et al, 1958, tradução nossa)⁶¹

E dada a brevidade do documento e a sua importância para a construção do modelo de cidadania japonesa pautada na obediência e reverência ao Imperador, julgamos apropriado sua reprodução na íntegra para melhor situar o leitor além do trecho citado:

Saibais vós, Nossos súditos

*Nossos Imperadores Ancestrais fundaram o Nosso Império numa base ampla e eterna, e implantaram a virtude firmemente e profundamente; Nossos súditos sempre unidos em lealdade e piedade filial tem ilustrado a beleza disto de geração em geração. **Esta é a glória do caráter fundamental de nosso Império**, e aqui também reside a fonte de Nossa educação. Vós, Nossos súditos, sejais filiais aos vossos pais, afetuoso aos vossos irmãos e irmãs; como maridos e esposas sejais harmoniosos, e como amigos, verdadeiros; tenham a si em modéstia e moderação; estenda vossa benevolência a todos; busque o aprendizado e cultive as artes, e*

⁵⁹ op. cit. p.93

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ DE BARY, William Theodore; KEENE, Donald; TSUNODA, Ryusaku (orgs.) *Sources of Japanese Tradition* Volume II, Columbia University Press, 1958, p.139

assim desenvolvam faculdades intelectuais e perfeitos poderes morais; além disso, façam avançar o bem público e promovam os interesses comuns; respeitem sempre a Constituição e observem as leis; caso surja a emergência, se ofereçam corajosamente para o Estado; e assim guardem e mantenham a prosperidade de Nosso Trono Imperial coeva com o céu e a terra. Para que assim não sejais vós apenas Nossos súditos bons e leais, mas que executem de forma ilustre as melhores tradições de seus antepassados.

O Caminho aqui posto é de fato o ensinamento legado por Nossos Imperadores Ancestrais, observáveis tanto para os Seus Descendentes e os súditos, infalível por todas as eras e verdadeiro em todos os lugares. É o Nosso desejo despejar aos corações em completa reverência e em comum a vós, Nossos súditos, que alcancemos todos a mesma virtude.

30 de outubro de 1890⁶²

Reconhecemos a fragilidade dessa tradução de segunda mão (do japonês para o inglês e do inglês para o português) na medida em que muitos mais conceitos do original poderiam servir como material de questionamento para um trabalho à parte, sendo precisados ao seu original em japonês e considerados em sua respectiva tradição de pensamento. Mesmo que seja esse o caso, para a análise que nos interessa, o leitor consegue ter uma noção mais ampla do ethos esperado dos súditos do Imperador para a glória de seu *kokutai*, traduzido nessa versão como “a glória do caráter fundamental de nosso Império”. O ponto chave aqui é compreender como, a despeito da índole modernizadora pós Restauração Meiji, movimentações de cunho tradicional integraram a vida pública japonesa. A centralidade da figura do Imperador foi um meio de adquirir estabilidade e legitimidade política em meio a mudanças bruscas.

Kevin Doak remonta essa resistência à abertura do Japão desde 1825, mais de 40 anos antes da Restauração Meiji, com o *Shinron* (“Nova Tese”) de Aizawa Seishisai. Sua defesa por uma proteção contra as influências estrangeiras nas figuras dos navios europeus e da religião cristã o levou a voltar à tradição confucioniana e ser um dos primeiros a resignificar o *kokutai*, até então equivalente a algo como “organização do Estado”, como uma particularidade de um Japão diante de um Ocidente redescoberto depois de mais de dois séculos de isolamento; particularidade essa encarnada no Imperador, o governante legítimo que dá forma à realidade do Império⁶³. É interessante notar que a necessidade de pensar em si como um corpo político unitário surge no momento da redescoberta do outro, ou, para usar a

⁶² DE BARY et al, op. cit. p.140 (grifo nosso)

⁶³ DOAK, Kevin, op. cit. p.40

fórmula mencionada por Doak: “a descoberta do Ocidente também produziu a descoberta do Japão”⁶⁴.

A descendência intelectual de Aizawa Seishisai, inserida na chamada Escola Mito, ecoou entre os monarquistas que pautavam por medidas que buscassem exaltar o caráter único da linhagem imperial japonesa. Seria um equívoco, no entanto, enxergar essa devoção como de natureza religiosa. Apesar de o Imperador ser tratado como uma divindade (*arahitogami*), a devoção à sua figura era tida como um dever cívico, um comportamento esperado de todo aquele que pertencesse ao império japonês. Nas palavras de Doak:

Essa visão sobre a monarquia era profundamente carregada de dimensões morais. Enquanto enfatizava a monarquia como a fonte de continuidade na vida política e cultural japonesa, e justapondo esse sistema à cultura estrangeira chinesa onde revoluções dinásticas eram uma constante através da história, os autores de Mito apresentaram um sistema teológico-político onde a lealdade ao Imperador não era apenas uma obrigação aos governantes, mas também um emblema de identidade japonesa.⁶⁵

Percebemos então, uma afinidade na ideia de servir à nação e servir ao Imperador na medida em que ambos se coadunam pela noção do *kokutai*, a “forma da nação”. Sua construção remonta à necessidade do Japão se reinventar diante da presença cada vez mais incisiva das nações estrangeiras ao longo do século XIX. Posteriormente, esse conceito será uma das bases para a consolidação política da Restauração Meiji na sua mediação entre as alas mais reformadoras e conservadoras do debate público. Para, por fim, tornar-se um imperativo cívico aos súditos do Imperador. Imperativo este estabelecido por decreto imperial no sistema de ensino, como pudemos constatar pelo Edito Imperial Sobre A Educação de 1890.

Quando ouvimos com atenção ao depoimento de Tokuichi Hidaka sobre o atentado contra o ex-coronel Jinsaku Wakiyama à luz da obra de Kevin Doak sobre a história do nacionalismo japonês na virada do século XIX para o XX, as atitudes de Hidaka ganham em inteligibilidade. Para proteger “a glória de seu *kokutai*”, ele foi às últimas consequências para “deter um traidor da pátria”. Ouvidos mais atentos e familiarizados com a língua japonesa podem perceber a semelhança no uso de palavras que foram traduzidas pela legenda do documentário como “deter um traidor da pátria” (*kokuzoku wo taosu*). O crime cometido em maio de 1946, “talvez bobo do ponto de vista dos brasileiros” para Hidaka, foi a expressão

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ op. cit. p.85

última de quem tinha o *koku*, sua nação e lar de sua identidade como japonês, como ente central de si e de sua comunidade.

Ao tentar explicar esse atentado em seu caráter político, recorreremos à história do pensamento nacionalista no Japão e seu desenvolvimento pelo disputado conceito de “*kokutai*”. Também recorreremos ao auxílio de uma bibliografia que ainda é pouco conhecida pela academia, mas que julgamos válida pela forma incisiva como esta aborda a realidade histórica japonesa em suas dimensões sociológicas e filosóficas. De fato, no que concerne a história do pensamento político japonês, ainda há muito há ser apresentado em forma de trabalhos neste país que é lar da maior comunidade japonesa fora do Japão que existe.

Mas queremos evitar um perigo neste trabalho, que é o de cometer um reducionismo causal à ideologia dominante da época ao interpretar o caso Shindô Renmei. Nesse sentido, compartilhamos semelhante preocupação de José Guilherme Merquior em seu ensaio sobre a história das paideias. Em determinado momento de “Saudades do Carnaval”, Merquior externa sua preocupação em não deixar que sua análise histórica das paideias da antiguidade grega à modernidade caia numa forma desencarnada de reflexão, que automatize a base social em função de sua ideologia. Ele descreve esse perigo hermenêutico como um “vezo de superestimar a coesão do sistema institucional da sociedade”⁶⁶.

Para evitar esse vezo, Merquior volta sua atenção para o conceito weberiano de “afinidade eletiva”, pois o mesmo permite estipular uma relação de convergência entre determinada ideologia e determinada base social⁶⁷. Em outras palavras, não queremos estabelecer uma relação automática entre o nacionalismo japonês e os imigrantes japoneses para explicar os atentados de 1946. Fazer isso seria ignorar um detalhe importante sobre a imigração: sua capacidade sincrética de formar novas configurações sociais a partir da necessidade de incorporar um estilo de vida diverso em terras estrangeiras.

Notamos o quão oportuno é que Gilberto Velho tenha elaborado sua noção de *projeto* tendo como quadro inicial a coexistência entre diferentes configurações de valores na sociedade moderna.⁶⁸ Nesse sentido, as migrações de japoneses para a América do Sul não poderiam ser mais emblemáticas desse quadro: se é verdade que as comunidades japonesas

⁶⁶ MERQUIOR, José Guilherme. *Saudades do Carnaval: introdução à crise da cultura*, Rio de Janeiro, Forense, 1972, p.89

⁶⁷ MERQUIOR, op. cit. p.88

⁶⁸ VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: *Identidade, Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 98

tendiam à autopreservação de seu modo de vida e de seus valores⁶⁹, nada impediu que seus descendentes viessem a se organizar com o objetivo de promover uma brasilidade pautada no lugar de seu nascimento fora do Japão⁷⁰.

Se o *projeto* é “uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do *campo de possibilidades* em que está inserido o sujeito”, como o quer Gilberto Velho⁷¹, não basta entender a atitude de Tokuchi Hidaka como a reação de alguém educado numa moral de obediência à autoridade imperial. É preciso notar em que contexto está inserido o seu campo de possibilidades para daí averiguarmos como o atentado surge da mediação de sua memória como japonês e o presente hostil vivenciado pelos tempos de guerra. Considerar esse campo de possibilidades implica em situar o Brasil vivido por Hidaka nos anos antecedentes ao atentado e o clima de hostilidade cada vez mais presente contra os japoneses.

Sendo assim, o próximo capítulo é dedicado a analisar a postura brasileira diante do Japão e dos japoneses. Para tanto, iremos recorrer ao exame comparado da argumentação do documentário com a bibliografia que dispomos do assunto, bibliografia essa mais estabelecida do que o assunto recém-tratado.

⁶⁹ SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999a p.205

⁷⁰ TAKEUCHI, op. cit. pp. 68-69 e 160

⁷¹ VELHO, op. cit. p.103

CAPÍTULO 3

3.1 SITUANDO HISTORICAMENTE O PROJETO DE TOKUICHI HIDAKA

No capítulo anterior, analisamos os depoimentos de Tokuichi Hidaka no documentário “*Yami no Ichinichi: O crime que abalou a colônia japonesa no Brasil*” em dois momentos. No primeiro momento, ao início do filme, foram expostas e analisadas as memórias do tempo no presídio da Ilha Anchieta. Contrastamos as lembranças da vida cotidiana em meio à comunidade de detentos com outra lembrança, paralela ao documentário, mas presente na mesma sessão da Comissão da Verdade que o exibiu, onde tal lembrança remete à excepcionalidade do trauma da violência. Akira Yamauchi, ao transmitir a memória herdada pelo sofrimento vivido por seu pai, Fusatoshi, matiza a realidade vivida no presídio Anchieta, que vivera episódios de violência arbitrária ao mesmo tempo em que os detentos buscavam uma coesão para o seu dia-a-dia de acordo com os afazeres atribuídos em grupo.

Já no segundo momento, nos debruçamos sobre o atentado contra o ex-coronel Jinsaku Wakiyama. Entendida como uma reação às notícias de que o Japão perdera a guerra e que o Imperador havia pessoalmente anunciado sua rendição, foi analisada a importância política do Imperador como símbolo constituinte da cidadania japonesa. Ao recorrermos a uma bibliografia especializada sobre o nacionalismo japonês, foi de nossa intenção dar luz às especificidades do atentado, leia-se: a demanda de uma morte por suicídio e o significado desse ato como papel social daqueles engajados militarmente no Japão da Constituição Meiji (1889 – 1945). Constituição essa que escolheu um protagonismo político para o Imperador, conciliando tensões entre forças nativistas e modernizadoras emergentes após a dissolução do shogunato, finda a Restauração Meiji (1868).

Ao interpretar o ocorrido, dois conceitos foram de grande valia: a noção weberiana de *afinidades eletivas* permitiu evitar o perigo de gerar um fatalismo na nossa argumentação ao associar, de forma automática, o atentado com o pensamento político nacionalista de inícios do XX. Antes, tão somente constatamos que esse pensamento político seria a base da ação dos quatro jovens, dada a forma com ela se deu (a formalidade no trato com o ex-coronel, a solicitação do *seppuku*, etc). E ao mobilizarmos a noção de *projeto*, de Gilberto Velho, para analisar o atentado, consideramos que essa base compõe um projeto (o atentado) em confluência com suas circunstâncias à época, ou para usar a expressão de Gilberto Velho, seu *campo de possibilidades*.

Estamos convencidos de que para o imigrante japonês das décadas de 1930 e 1940, esse campo de possibilidades era uma regalia cada vez mais cerceada e limitada num ambiente de hostilidades em sua terra emigrada. Para sustentar esse ponto, esse capítulo tem a intenção de desenvolver a relação do Brasil no seu trato para com o japonês. Mais do que meramente sustentar que houve preconceito, o propósito é explicitar as ferramentas discursivas que foram deslocando a figura do japonês de “elemento indesejável” ao “inassimilável” até, por fim, ao “inimigo da pátria”, na condição de “súdito do Eixo”.

Começemos com a maneira que *Yami no Ichinichi* aborda esse trato.

3.2 A RETÓRICA SOBRE O BRASIL DE VARGAS NO DOCUMENTÁRIO

Nosso objeto, as memórias de imigrante japonês preso em 1946, está inserido numa filmografia que mobiliza uma mensagem sobre a situação da comunidade nipo-brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Entre as memórias da prisão e as memórias do atentado, o documentário se presta a um apanhado histórico do Brasil à época do Estado Novo, mobilizando as seguintes vozes listadas abaixo, em ordem de aparição e com sua descrição no filme entre aspas:

O Narrador: Mario Jun Okuhara, produtor do documentário. Sua identidade não é explicitamente manifesta durante o filme, sendo tão somente a voz ativa da narrativa sublinhada pelas imagens e depoimentos documentados.

Osamu Toyama: “escritor”; o documentário não menciona sua autoria do livro “Cem Anos de Águas Corridas da Comunidade Japonesa”, nem obtivemos acesso ao mesmo que se encontra esgotado, mas, não obstante, seu depoimento é tido como a de um especialista por ter coletado depoimentos e histórias de vida dos imigrantes japoneses.

Masayuki Fukasawa: “jornalista”; é a segunda voz especialista elencada pela produção para falar sobre a situação histórica dos japoneses no Brasil. Trabalha no jornal “Nikkei Shinbun” e ganhou notoriedade em 2002 ao lançar o livro “Um Mundo Paralelo: a vida da comunidade brasileira em Oizumi, no Japão”.

Coronel Yoshio Kiyono: “Sobrinho-neto de Jinsaku Wakiyama”

Fernando Morais e Célia Abe Oi: “escritor” e “historiadora”, respectivamente. O primeiro é autor do famoso romance “Corações Sujos”, que popularizou a história da Shindo Renmei. Ambos participam da mesma tomada que colhe seus depoimentos e por isso aparecem juntos nesta parte.

Leiko Wakiyama Sato e Miyoko Wakiyama Sato: “netas de Jinsaku Wakiyama” e testemunhas do atentado.

Delegado Protógenes Queiroz: “deputado federal”; o documentário não lhe fornece maiores apresentações e sua fala descreve as ações do DOPS, procurando ressaltar as diferenças da Polícia, como instituição atual, e o que ele enfatiza como “polícia política”, que agia com interesses contrários ao Brasil de hoje, sinalizando uma reprovação dos métodos empregados contra os imigrantes no passado.

Hiromi Yamashita: amigo de Tokuichi Hidaka e um dos participantes do atentado ao ex-coronel Jinsaku Wakiyama; sua fala é curta, composta de breves comentários, acompanhados à fala do amigo, que é a voz protagonista do relato.

Taro Mushino: participante de um atentado ocorrido um mês anterior ao aqui enfatizado, em 1º de abril de 1946, contra Tchusaburo Nomura, descrito pelo narrador como: “ex-secretário geral da Sociedade de Difusão do Ensino dos Japoneses no Brasil”. Sua aparição ocorre nos últimos minutos do documentário, ao lado de Hidaka, segurando a bandeira do Japão, com a qual, segundo o próprio, ele “poderia suportar qualquer coisa” e com ela “estava preparado para morrer”.

Nove vezes ao total, portanto, são mobilizadas e posicionadas em diferentes momentos do documentário de acordo com o tema que está sendo abordado. Para o que pretendemos esmiuçar neste capítulo, três vezes são essenciais: Mário Jun Okuhara (o narrador), Osamu Toyama e Masayuki Fukasawa.

O narrador, bem lembra Bill Nichols, é detentor de um discurso dirigido prévio ao público, com o qual se espera uma concordância. Seja ele apaixonado ou comedido, a voz de um narrador antecipa as conclusões de um espectador, não sendo de forma gratuita que no entender de Nichols, essa voz seja denominada “voz de autoridade” ou “voz de Deus”⁷². Ademais, quando o autor descreve as principais características e diferenças entre duas categorias de documentários: os de “questões sociais” e de “retrato pessoal”, verificamos que Toyama e Fukasawa se enquadram na primeira categoria, na função de “especialistas”⁷³ para corroborar aquilo que o narrador pretende sustentar. Da fala destes é possível identificar outra característica elencada por Bills na mesma categoria: a ênfase na objetividade da descrição dos acontecimentos históricos⁷⁴ (a declaração de guerra, o rompimento das relações

⁷² NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. Campinas, SP: Papyrus, 2005. p.78

⁷³ op. cit. p.208

⁷⁴ Ibidem.

diplomáticas entre o Brasil e o Japão, a rendição do Imperador Hirohito em agosto de 1945, etc). É por meio dessa solidez descritiva, aliada aos testemunhos presentes, que o documentário exerce sua retórica sobre o espectador.

Antes de nos debruçarmos sobre a fala dos três sobre o ambiente brasileiro vivido pela comunidade japonesa e o *campo de possibilidades* destes no horizonte, sentimo-nos na obrigação de precisar melhor o entendimento de “retórica” a fim de evitar leituras equívocas. Em algum momento inexato de nosso passado recente, o termo “retórica” passou a ser utilizado no dia a dia como uma qualificação pejorativa, dando a entender que determinada afirmação, por ser “mera retórica”, seria um argumento falacioso. Passou-se, em suma, a confundir “retórica” com “sofisma”. O entendimento de retórica que dá nome à seção deste capítulo quer dizer tão somente isto: “A retórica é a forma de discurso usada para persuadir ou convencer os outros de um assunto para o qual não existe solução ou resposta definida, inequívoca”⁷⁵. Ela é um esforço argumentativo que visa o convencimento; para o caso do documentário, sua retórica tem o objetivo de convencer o espectador com vozes, testemunhos, tomadas, recortes, textos, imagens, e outros mais recursos exibíveis à sua disposição.

Estando explícito o nosso entendimento, prestemos atenção à maneira como o narrador descreve o Brasil vivido durante a juventude de Tokuichi Hidaka:

“O período de 1930 a 1945 ficou conhecido como a Era Vargas. Uma época de abusos, restrições draconianas e violações dos direitos humanos dos imigrantes japoneses; estes, que já representavam uma sólida participação na agricultura e no abastecimento do estado de São Paulo. O discurso repressivo da polícia política era um dos instrumentos do regime totalitário e nacionalista do então presidente que legitimou a gradativa opressão à população japonesa, tratada como perigo militar.”

Recorrendo à *Retórica* de Aristóteles para esquematizar os tipos de provas artísticas da retórica, Bill Nichols faz referência a estes três tipos⁷⁶:

- . ético: que dá a impressão de boa moral ou credibilidade
- . emocional: que apela para as emoções do público para produzir o humor desejado
- . demonstrativo: que usa raciocínio ou demonstração real ou aparente

⁷⁵ op. cit. p.43

⁷⁶ op. cit. p.81

Portanto, podemos dizer que a natureza da fala do narrador, ao apresentar o Brasil de Vargas, usa da prova emocional em sua retórica. E não é de se surpreender, pois *Yami no Ichinichi* é um documentário que se presta a uma questão social, leia-se, trazer a público a memória de uma ferida oculta no seio da comunidade nipo-brasileira, as perseguições e abusos cometidos pelo país que recebera os seus pais e avós. Na condição de um porta-voz que enuncia as feridas de uma comunidade, carregando o peso de suas dores e amarguras, não é de se espantar que seu enunciado tenha uma enorme carga sentimental. Isso fica nítido quando prestamos atenção no jeito como não se poupam adjetivos para descrever o Estado Novo do ponto de vista de um membro da comunidade nipo-brasileira: abusivo, repressor, totalitário, draconiano, opressor, etc.

Contrabalanceando essa carga emotiva, as falas de Osamu Toyama e Masayuki Fukasawa assumem o caráter de prova demonstrativa ao descreverem de forma mais analítica e sem muito uso de adjetivos para informar e convencer o espectador.

Toyama:

“Em 1934, foi criada uma lei que restringia a imigração de japoneses. Além disso, também restringia a educação em japonês. Os jornais japoneses foram proibidos, assim como os periódicos alemães e italianos, publicados pelos chamados súditos do Eixo. A situação não ia bem.”

Masayuki:

“A partir deste período de 10 anos, a pressão sobre os japoneses cresce. E fica cada vez mais forte. Os jornais japoneses foram proibidos de circular. As escolas japonesas foram fechadas. O uso da língua japonesa em público também foi proibido. O japonês não podia viajar sem autorização. A situação foi se tornando cada vez mais complicada. E a população japonesa sofria com essa pressão. A maioria queria retornar ao Japão. Este era o sentimento dominante.”

Toyama:

“Não aprendiam o português. Não mudavam o modo de vida japonês. Agrupavam-se apenas com japoneses. Esta é a consequência do nacionalismo do Estado Novo. A existência dos imigrantes japoneses foi prejudicada.”

Masayuki:

“No Estado Novo, em termos de povo brasileiro, onde o centro era formado por brancos, negros e índios. Eram três. A raça asiática não participava desta definição. Todos

percebiam que os japoneses eram diferentes. Havia assim, uma forte distinção. Em especial, desde a época do Kasato-maru, havia também, em relação aos asiáticos, não sei como posso definir⁷⁷, existia a discriminação.”

Finda a alternância de falas, o narrador finaliza o apanhado:

“Os japoneses e os seus descendentes começaram a ser vistos com mais desconfiança e uma ameaça para a nação brasileira. Com a entrada do Japão na guerra, a caça aos espões acontecia em todo o território nacional. As três etnias suspeitas, começaram a ser investigadas e suas residências vasculhadas. Os casos de detenção e encarceramento se estenderam até japoneses simplórios. Imigrantes que tinham sido militares como Kiyoo Yamauchi, Junji Kikkawa e Jinsaku Wakiyama, eram um dos principais alvos da vigilância.”

(...)

“Sob este clima de tensão, os nacionalismos do Brasil e do Japão entraram em choque. O racismo e a discriminação contra alemães, italianos e japoneses cria raízes no Estado Novo. Getúlio Vargas, absorvido pelo sentimento de xenofobia, valia-se de argumentos nacionalistas para continuar no poder e fortalecer sua imagem como líder político ao povo brasileiro.”

E assim o documentário resume a relação do Brasil para com os imigrantes japoneses, da “lei de 1934” até a reprodução em áudio da fala de Oswaldo Aranha, anunciando o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão, em 1942. Podemos perceber, pelo todo, que o início das hostilidades, segundo o documentário, tem em seu seio os quinze anos em que Getúlio Vargas esteve à frente como presidente do Brasil. Da fala do narrador, em especial, é bem perceptível como a política nacional é personalizada na figura de Vargas, sendo deste o sentimento de xenofobia e partindo deste os argumentos nacionalistas para o seu benefício.

Busquemos matizar essas avaliações à luz da bibliografia disponível para que possamos visualizar como esse cerceamento é, na verdade, bem anterior a 1934 e em quais dimensões operaram o estranhamento à presença japonesa no Brasil.

⁷⁷ No original ele diz “nanto iu ka na...”, que literalmente significa algo mais no sentido de “Como eu diria?” ou “Como dizer?” do que “não sei como posso definir”.

3.3 ASSIMILAÇÃO, EUGENIA E O PERIGO AMARELO

A resistência à imigração de procedência não-europeia fora obrigada a conviver com uma necessidade imperiosa sobre as lavouras de café após a abolição da escravatura: a necessidade de mão-de-obra. Tanto é verdade, que o decreto de 1890 que barrava a entrada de imigrantes africanos e asiáticos no Brasil foi derrubado em apenas dois anos por pressão dos cafeicultores. A Lei nº 97, sancionada por Floriano Peixoto em 1892, permitiu novamente o acesso de imigrantes asiáticos no país e orientou o desenvolvimento das relações entre o império chinês e o império japonês, visando negociações para futuras emigrações⁷⁸. É dessa iniciativa que logrará futuramente o Tratado de Amizade e Comércio e Navegação de 1895.

A necessidade de braços trabalhadores para a economia cafeeira, no entanto, não tornaria a ideia de imigração japonesa mais atraente, principalmente para setores intelectuais que começavam a pensar a questão da formação nacional. Peguemos o caso emblemático de um Oliveira Lima. Mesmo tendo sido ele enviado pelo governo brasileiro para facilitar as comunicações entre o governo japonês e uma companhia paulista em 1901, suas obrigações diplomáticas não lhe deixaram mais simpático pela iniciativa. No final de sua missão em Tokyo, ele enxergou o malogro das negociações entre as partes com bons olhos. Sua justificativa para tanto é pautada nas ideias de assimilação e eugenia:

Esta imigração parece-me pouco desejável tanto pelo perigo que oferece de uma maior mistura de raças inferiores na nossa população, como pela carência de experiência agrícolas com modernos processos e utensílios que existe entre a população rural destes países asiáticos, e bem assim pela diversidade de educação, costumes e sobretudo natureza psicológica e objetivo social que separa a raça ariana da mongólica⁷⁹

A fala de Oliveira Lima é um dos primeiros reflexos de uma tendência inserida no paradigma darwiniano de pensar o desenvolvimento humano a partir de critérios de seleção biológicos, mas ainda de modo bem insipiente. Oliveira Lima aparenta se preocupar sobretudo com a capacidade desses imigrantes de se assimilar ao modo de vida local, coisa que ele julga improvável. Em conferência em Caracas no ano de 1905, enquanto o embaixador apenas menciona de início a questão do cruzamento entre raças, seu ponto mais desenvolvido e enfatizado é o da assimilação de um povo extremamente ligado aos seus costumes e à sua terra natal:

⁷⁸ LEÃO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930 – 1934): contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989. Relações Internacionais; n. 10. p.21

⁷⁹ LEÃO, op. cit. p. 22.

Dos italianos muitos voltam, mas muitos ficam: o mesmo com relação aos portugueses, aos hespanhoes, aos allemães. Japonez algum se promptificaria, de bom grado, a ficar para sempre. (...) Não faltariam no nosso meio razões para descontentamento. A começar pelo modo de viver, pretenderiam os colonos importados achar casas à japoneza com o asseio reluzente, hygiene à japoneza com os seus banhos ferventes, comida à japoneza com os seus peixes seccos e o seu daikon insípido.⁸⁰

Semelhante justificativa para rejeitar a imigração japonesa é encontrada nas manifestações de Luiz Guimarães, Encarregado dos Negócios do Brasil em Tóquio, ao advertir que “o japonês que emigra não só não assimila os costumes da sua nova pátria como pretende impor os seus”. Quando as negociações para a imigração de 1908 começam a avançar em 1907, Guimarães também enfatiza como o japonês precisa viver ao seu modo, a fim de não se queixar e se arrepender da emigração⁸¹.

Não obstante a enunciação da estranheza e o choque de hábitos, o Brasil se tornou o local mais atraente para que o Japão pudesse desafogar o seu crescente excedente populacional desde o momento em que a imigração para os Estados Unidos fora barrada em 1907 e a pressão social decorrente da guerra contra a Rússia se tornara uma constante entre a população japonesa. E por parte do Brasil, a necessidade de mão de obra ainda era um imperativo, sendo esse excedente populacional muito bem vindo às lavouras naquele momento⁸². O que mais havia se tornado motivo de queixa e descontentamento, ao invés da persistência de hábitos nativos, foi a falta de mão de obra especializada no trabalho agricultor, o que levou a uma pausa na imigração em 1911.

Pausa essa, no entanto, justificada por critérios de raça, para que se pudesse aguardar “os resultados do elemento asiático (...) e principalmente a natureza de sua influência como fator étnico nas gerações futuras”⁸³. Apesar de esporádico na segunda década do século XX, é perceptível a presença do paradigma darwiniano no discurso social. Lilia Moritz Schwartz, em *O Espetáculo das Raças*, remonta esse discurso nas obras de Gobineau, Francis Galton entre outros. O primeiro foi um dos precursores da teoria da pureza racial, sustentando o malefício causado pela presença de mestiços ao progresso da raça humana. Já Francis Galton foi responsável por cunhar o termo “eugenia”. Em *Hereditary Genius*, ele buscou sustentar que o desenvolvimento humano poderia ser alcançado pela seleção e cruzamento hereditários

⁸⁰ LIMA, Oliveira. *Cousas Diplomáticas*. Lisboa. A Editora. 1908, p.121

⁸¹ LEÃO, op. cit. p.25

⁸² LEÃO, op. cit. p.27

⁸³ LEÃO, op. cit. p.30

de bons genes (*eu / genus*) que produziriam uma raça superior de homem ao longo das gerações.⁸⁴

É de nosso entendimento que o discurso eugênico passou a ganhar força expressiva no cenário público a partir de dois momentos: o Congresso Brasileiro de Eugenia, de 1929 e as discussões da assembleia constituinte que elaborou a Constituição de 1934. O destaque fica para a atuação de Miguel Couto (1865 – 1934), presidente da Academia Nacional de Medicina, que desde 1924 atuara numa campanha em artigos de jornais contra a imigração japonesa⁸⁵. Ele foi autor da cláusula que pretendia barrar a imigração negra e japonesa em solo brasileiro, sustentando durante os debates, com os deputados Arthur Neiva e Xavier de Oliveira, os malefícios da presença japonesa no Brasil e pondo em dúvida as intenções pacíficas dos imigrantes.

Além de a cláusula ter gerado um atrito diplomático entre o Brasil e o Japão, que foi sanado após passar estipular uma cota de ingresso anual correspondente a 2% do total de imigrantes no país⁸⁶, o Congresso Brasileiro de Eugenia não fora apenas uma reunião de acadêmicos; este postulava ativamente medidas restritivas à imigração para serem aprovadas pelo Congresso. A décima foi motivo de discórdia entre seus próprios participantes, ao sugerir a “exclusão de todas as correntes imigratórias que não sejam de raça branca”⁸⁷.

Essa movimentação no seio das elites intelectuais durante a metade dos anos 1920, sugere uma realidade ainda mais hostil concernente ao racismo no Brasil. Quando Masayuki Fukasawa afirma no documentário que “no Estado Novo, em termos de povo brasileiro, onde o centro era formado por brancos, negros e índios. Eram três. A raça asiática não participava desta definição”, o que se observa, na verdade, é que o projeto eugênico, além de ser anterior mesmo à Revolução de 1930, também excluía o negro de seu ideal nacional e considerava o mestiço algo na qualidade de uma degeneração racial, o que põe a exclusão do asiático numa gravidade ainda mais exacerbada. Nas palavras de Maria Eunice de Souza Maciel:

O discurso e as propostas eugênicas para o Brasil, mostram um racismo nada cordial. Sob a justificativa de romper com o atraso, em nome do progresso, ancorados em ideias em que a hereditariedade determina o destino dos indivíduos e numa desigualdade já dada ao nascer pela própria natureza, os

⁸⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo. Companhia das Letras, 1993, pp.60, 63-64

⁸⁵ LEÃO, op. cit. p.37

⁸⁶ LEÃO, op. cit. pp.176-177

⁸⁷ MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. N. 11 (jul. 199), 1999, p.137

eugenistas respaldavam práticas e políticas que iam desde a discriminação e a exclusão até a mutilação dos seres considerados “inferiores”.⁸⁸

O passo seguinte após a restrição imigratória de japoneses ao Brasil (que seguiu um caminho mútuo, na medida em que o Japão começara a se expandir na Ásia pela Manchúria desde 1931 e focar sua emigração nesta região) era combater os chamados “quistos étnicos”. Se antes a hostilidade se dava em termos de distanciamento e estranhamento a uma comunidade que não buscava se assimilar aos costumes nacionais (seja lá em que termos essa nacionalidade era definida), a partir de 1937, as manifestações de etnicidade foram amplamente combatidas a fim de impor uma hegemonia nacional. É nesse tempo onde escolas autônomas serão fechadas, o uso da língua local será proibido e o cerco contra o modo de vida dos imigrantes será reduzido ao máximo pela polícia política. É possível compreender essas atitudes como sendo decorrentes de uma paulatina federalização pós Revolução de 1930 que passou a minar a autonomia dos estados em favor de uma pauta: a nacionalização do estado brasileiro. E isso inclui, presume-se, a federalização de políticas até então priorizadas pelo ponto de vista regional; entre essas políticas, a de imigração será um assunto importante para a esfera nacional.

Já mencionamos a Assembleia Constituinte de 1933 e sua intenção de barrar a entrada de imigrantes negros e asiáticos, quase que aos moldes da mesma medida tomada em 1890 e derrubada dois anos depois. O argumento da assimilação já era uma constante nesses debates, uma vez que se afirmava que o japonês mesmo se adaptando à religião e ao idioma, “não se absorvia”⁸⁹. A preocupação com as comunidades de imigrantes que preservavam os costumes de sua terra natal deu a estas o nome de “quistos”, num linguajar biologizante comum à época. Um dos nomes mais emblemáticos nessa cruzada contra os quistos étnicos é Francisco José de Oliveira Viana (1883 – 1951), autor de “Populações Meridionais do Brasil (1918) e também conhecido pela sua frase sobre os japoneses serem como o enxofre, pois eram “insolúveis”. Um ano depois de promulgada a Constituição de 1934, Oliveira Viana presidiria a Comissão de Imigração, órgão centralizador dedicado a administrar e controlar a entrada de imigrantes no país e sua assimilação pelo território nacional.

Um nome importante na historiografia para compreender a empreitada contra os quistos étnicos é o de Endrica Geraldo. Em sua tese de doutorado “O Perigo Alienígena”, Geraldo entende que uma proposta como a da criação da Comissão de Imigração “expressava a crença de que a centralização tornaria mais eficiente o controle a fiscalização do processo

⁸⁸ MACIEL, op. cit. p.138

⁸⁹ LEÃO, op. cit. p.285

imigratório e colonizador”⁹⁰. É possível observar em seu trabalho, o rápido crescimento de uma organização que irá vigiar e remediar “territórios desnacionalizados” como os da comunidade japonesa e alemã, que se organizaram de forma autônoma, principalmente no ensino, que será uma das situações mais enxergadas como problemáticas para as autoridades brasileiras.

A Comissão de Imigração se transforma, em 1938, no Conselho de Imigração e Colonização, que passará a se reunir no Palácio Itamaraty para discutir e propor medidas para o problema imigratório. Para o que nos interessa nas ações desse Conselho, é de nosso entendimento que a campanha pela educação nacional compulsória constituiu uma das formas mais graves de repressão aos imigrantes, como se percebe nos decretos do mesmo ano que estipularam a obrigatoriedade do ensino em língua vernácula, da participação de brasileiros natos em cargos de direção e de docência⁹¹. O Decreto-lei nº406 de maio de 1938 obrigou o fechamento de várias escolas construídas por imigrantes que não cumpriam esse requisito. E a proibição do uso da língua estrangeira em maio do ano seguinte, no Decreto nº1545, agravou ainda mais a dificuldade da própria existência dessas comunidades estrangeiras⁹².

Além do problema da raça e do problema da assimilação, há ainda mais um fator, dentro da visão e da atitude brasileira ante a imigração japonesa, que deve ser destacado para podermos compreender de forma precisa esse cerco à comunidade japonesa no Brasil dos anos 1930 e 1940: o perigo amarelo.

O “perigo amarelo” é uma expressão que teria sido utilizada pela primeira vez pelo kaiser Wilhem II em reação à vitória japonesa na Guerra Sino-Japonesa de 1895. Posteriormente, com as investidas na Coreia e a crescente militarização do governo japonês, os Estados Unidos, principal destino da imigração japonesa até 1906, passaram a utilizar a expressão como um alerta contra a possível investida imperialista japonesa contra a América, utilizando de seus colonos como agentes para esse fim⁹³. Essa preocupação fora ainda mais exacerbada em âmbito global com a derrota do Império Russo em 1905, a primeira derrota de uma potência europeia por uma nação não europeia. Eventualmente o Brasil passou a utilizar tal expressão no âmbito público principalmente quando seu posicionamento na Segunda

⁹⁰ GERALDO, Endrica. O ‘perigo alienígena’: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2007. p.111

⁹¹ SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999a, p.221

⁹² SEYFERTH, op. cit. p.222

⁹³ KAWAI, Yuko. *Stereotyping Asian Americans: The dialectic of the model minority and the yellow peril*. The Howard Journal of Communications, v. 16, n. 2, 2005, p. 112

Guerra Mundial, depois de longa e custosa titubeação, ficou explicitamente a favor dos aliados em 1941.

No ano seguinte, Vivaldo Coaracy (1882 – 1967) lança “O perigo japonês”, uma coleção de artigos publicados entre abril e junho de 1942 no *Jornal do Commercio*, onde são localizáveis as críticas da presença japonesa no Brasil pelo aspecto da raça e pelo aspecto da assimilação. Dessa vez o que é enfatizado é o perigo militar que o império do sol nascente apresenta ao Brasil. A análise que Márcia Yumi Takeuchi faz dessa publicação, põe em evidência como no início da década de 1940, o estranhamento ao diferente, ao Outro japonês, está transmutado em explícita hostilidade a uma nacionalidade elevada à categoria de inimigo da nação brasileira, sentimento catalisado pela guerra. A passagem citada a seguir e que, lembremos, foi circulada num dos maiores jornais da época, demonstra o grau dessa hostilidade:

Nenhum mal maior se podia fazer ao Brasil do que esse de permitir aqui a infiltração de um povo inassimilável, fisicamente inferior, moralmente diferente do nosso, instrumento passivo de uma política imperialista que se ensaiava, através de nossa boa fé, não só contra o nosso país, mas também contra todo o continente americano (...) O *Jornal do Commercio*, pela visão aguda e patriótica de Felix Pacheco, seu inesquecível diretor, secundado nas suas colunas o esforço denodado de um pugilo de brasileiros, à frente dos quais se colocara, destemido e incansável, o sábio Professor Miguel Couto, não conseguiu salvar o Brasil do vírus japonês, capaz de corroer o cerne da nacionalidade, mas logrou incutir na consciência nacional a noção de gravidade desse perigo, o que permitiu obter-se a limitação na carta constitucional da entrada do imigrante daninho, pelo estabelecimento de cotas, vitória relativa e incompleta, que teve o inconveniente de atingir outras correntes imigratórias úteis ao desenvolvimento do país⁹⁴

A riqueza dessa passagem nos permite traçar um fio condutor explicativo que liga a militância de Miguel Couto contra a imigração japonesa ao resultado dessa atuação na lei de cotas de 1934 e destas até as hostilidades dos tempos da Segunda Guerra Mundial, evidenciando que essa hostilidade já se encontrara bem munida de uma rejeição bem anterior a incompatibilidades de ordem militar. Percebe-se entre outras coisas que no linguajar de Coaracy, a imigração japonesa não se tratava mais de um longo processo de negociações entre uma zona de produção cafeeira em busca de mão-de-obra e um país em busca de exportar seu excedente populacional; sequer a palavra “imigração” figura de todo. O que estaria acontecendo é uma “infiltração”, uma entrada invasiva e indesejada de pessoas “inassimiláveis, fisicamente inferiores e moralmente diferentes”.

⁹⁴ COARACY apud TAKEUCHI, 2008, p.124

A bem da verdade, essa transformação do “perigo amarelo” por Vivaldo Coaracy ou por Miguel Couto (que uma vez “sonhou” com uma invasão japonesa⁹⁵) para a realidade brasileira já vinha de alguns anos, pelo menos desde as primeiras levas imigratórias levadas a cabo pelo estado de São Paulo. Uma das primeiras aparições do “perigo amarelo” na documentação brasileira aparece em uma comunicação de 1914 para o governador de São Paulo pelo então Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller. A correspondência enviara um artigo de jornal argentino intitulado “*El Peligro Amarillo en Sud-America*”, que dava detalhes sobre as colônias japonesas localizadas na costa americana do pacífico e o contínuo intento do Japão em levar mais conterrâneos para essas regiões, coisas que, segundo a matéria, configuraria as condições para o estabelecimento de um “vizinho império japonês”⁹⁶. Em 1915, Barros Pimentel, na época trabalhando como Ministro em Tokyo e ciente do posicionamento do chanceler brasileiro sobre a imigração japonesa⁹⁷, seria ainda mais enfático em seu aviso à Secretaria de Estado:

(...) esse movimento de emigração para as nações americanas não é tão somente um movimento econômico, mas um movimento que pode servir de base a estratégias futuras que precipitarão o Brasil a ocorrências embaraçosas na defesa de sua política de fraternidade no Continente Americano, permitindo gerar em seu seio agrupamentos disseminados, elementos seguros com que contará o Governo Imperial quando o momento de ação lhe for mais propício⁹⁸

Então voltemos ao trecho do livro de Vivaldo Coaracy: este não só congratula os esforços de Miguel Couto contra o perigo amarelo, como a noção própria deste “perigo” já circulara entre autoridades brasileiras mais de 15 anos antes da Assembleia Constituinte de 1933 que fruiria as primeiras medidas políticas contra a imigração japonesa. É digno notar a parte em que Coaracy lamenta nas cotas “o inconveniente de atingir outras correntes imigratórias úteis ao desenvolvimento do país”. Estamos citando com recorrência o estudo de Valdemar Carneiro Leão intitulado: *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil: Contornos Diplomáticos*; pois bem, o objeto central de seu estudo é a crise diplomática ocorrida durante a constituinte de 1933 que girou em torno da polêmica lei de cotas. A intenção, recorda Coaracy na mesma passagem, era “salvar o Brasil do vírus japonês”, dessa agência que não é

⁹⁵ TAKEUCHI, op. cit. p.89

⁹⁶ LEÃO, op. cit. p.42

⁹⁷ Ironicamente, a assimilação de Müller na política brasileira desde o golpe militar que destituiu a monarquia não bastou para que sua ascendência alemã fosse usada contra ele e o forçasse a renunciar ao cargo de Ministro das Relações Exteriores em 1917, no calor dos conflitos da Primeira Guerra Mundial (Retirado do verbete MÜLLER, Lauro no website do CPDOC: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MÜLLER,%20Lauro.pdf>>, acesso em agosto/2019)

⁹⁸ LEÃO, op. cit. p.42

mais humana, mas puramente biológica no nível de um vírus. Sua lamentação tem origem na solução que o Itamaraty encontrou para evitar um rompimento precoce das relações diplomáticas com o Japão. Ao invés da cota exclusiva e discriminatória aos japoneses, o Itamaraty pressionou por uma universalização da emenda constitucional, assim prevalecendo a medida que impunha uma cota de entrada de 2% do total de imigrantes residentes para todas as correntes imigratórias vigentes⁹⁹.

E é evidente, se analisarmos os dados de entrada de imigrantes entre 1934 e 1935¹⁰⁰, que apesar de Coaracy ter cantado derrota pelas outras correntes imigratórias atingidas “úteis ao desenvolvimento do país”, a única das partes que fora substancialmente afetada pela lei de cotas foi a imigração japonesa, com uma queda de aproximadamente 22 mil ingressos em 1934 para cerca de 7 mil imigrantes ingressos em 1935. As outras levas tidas como ideais mantiveram a mesma proporção durante o período.

A ideia do “imigrante ideal” não pode ser bem compreendida se apenas pensarmos nela como um projeto de embranquecimento racial, ainda que a eugenia consistisse no principal modismo intelectual na época que estamos ponde em ênfase: as primeiras décadas do século XX. Apenas ser branco não seria suficiente se esse imigrante fosse incapaz de se assimilar ao tecido social brasileiro. Isso inclui proximidade com o tronco linguístico (latino) e uma herança cultural próxima da formação histórica brasileira (basicamente católica). A polêmica da assimilação ocorrida ainda no Império em meados do século XIX demonstra a prioridade em trazer imigrantes herdeiros de uma mesma civilização latina. Daí a preferência por pessoas vindas da França, Itália, Espanha e, principalmente, Portugal, enquanto a imigração teuto-germânica, de maioria protestante e de linguagem distante das línguas latinas, dificultaria o abasileiramento desses imigrantes uma vez assentados no Brasil¹⁰¹.

Vemos então que a assimilação tem uma faceta civilizacional em sua gênese, na forma de “*abasileiramento*” dos imigrantes. Mesmo passados sessenta anos desde a polêmica de 1850 e com a mudança de paradigma do cenário político do Brasil, agora republicano, a exorbitante entrada de portugueses e espanhóis em comparação a alemães, italianos e japoneses é bem mais compreensível se atentarmos a este que é um dos primeiros aspectos levados em conta na “utilidade do desenvolvimento da nação”, para retomar a expressão utilizada por Vivaldo Coaracy.

⁹⁹ LEÃO, op. cit., p.176

¹⁰⁰ Ver Anexo

¹⁰¹ SEYFERTH, op. cit, p.208

Em tempos de guerra, as demonstrações de etnicidade, que já eram combatidas antes de 1939 no esforço nacionalizante do Estado Novo, passam a ser vistas com maior gravidade pelas autoridades e se transformam em assunto de segurança nacional. Aos já mencionados decretos de 1938 que restringiram o ensino em língua estrangeira e vedava aos imigrantes o direito à manifestação política, acrescenta-se aí a colaboração intrínseca entre Exército e Ministério da Educação. É Helena Bomeny quem aponta correspondência de 1939 entre o major Euclides Sarmiento e o ministro Gustavo Capanema, onde o oficial do Exército destaca os decretos do ano anterior¹⁰². Bomeny faz esse apontamento para tratar especificamente do ataque à “ameaça de infiltração nazista”, personificada nas escolas autônomas alemãs. Mas não é nem um pouco difícil averiguar atitudes semelhantes de fechamento de escolas clandestinas japonesas e prisões de pessoas acusadas de administrar esses lugares.

Na coleção de prontuários intitulada “*O perigo amarelo em tempos de guerra (1939 – 1945)*”, é abundante a quantidade de documentação apresentada ao leitor onde casos e mais casos de prisões e autuações visavam minar o enquistamento e reagir contra o perigo amarelo. Os relatórios de Eduardo Lousada Rocha, delegado do DOPS em São Paulo, impressionam pela forte ênfase dada nas habitações japonesas como núcleos de infiltração, de maneira bem semelhante às outras falas aqui expostas (como a de Vivaldo Coaracy e Barros Pimentel) e pela severidade com que criticara a situação anterior que permitiu durante tanto tempo e sem maiores entraves a entrada de japoneses no Brasil:

Tempos houve em que bradavam no deserto os que chamavam a atenção dos poderes públicos para o perigo amarelo. Seus adversários só viam, pelo contrário, os rendimentos extraordinários do trabalhador japonês, sua cordura, sua disciplina, seus serviços e suas mãos sempre prontas a dar e a agradar. Foi preciso que a amarga lição dos fatos provasse ao mundo o sentido imperialista e político do trabalho das correntes migratórias japonesas no exterior...¹⁰³

Takeuchi sugere que o delegado Lousada Rocha movimentava seu discurso principalmente em função da gravidade da ameaça que o Japão passou a se tornar depois do ataque a Pearl Harbor, em dezembro de 1941. Esse seria um dos “fatos” que proveram as amargas lições do perigo amarelo, sejam lá quais forem elas, já que a citação não se propõe a defini-las ou descreve-las, mas alertar um perigo¹⁰⁴.

¹⁰² BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo, In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999^a, p.157

¹⁰³ TAKEUCHI, Márcia Yumi. O perigo amarelo em tempos de guerra (1939 – 1945), São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.52

¹⁰⁴ TAKEUCHI, op. cit. p.53

Enquanto é de fato verdadeiro que a ofensiva militar japonesa pelo continente asiático foi motivo genuíno de preocupações durante a Segunda Guerra Mundial, essa preocupação era muito mais plausível para o continente asiático, alvo da expansão militar japonesa desde a tomada da Coreia em 1910, do que para o continente americano, onde a travessia extremamente longa pelo mar tornaria tal expansão bastante impraticável do ponto de vista estratégico. Mas é visível que tal ponderação estava completamente fora de cena, pois o “inimigo nacional” já era algo dado, demarcado e sua má índole era o ponto de partida de toda discussão envolvendo o inassimilável.

Ao passo que esse cerceamento da ação do imigrante como algo sempre maligno e passível de suspeição era realizada no nível discursivo, o ponto chave para compreender a dimensão reduzida do campo de possibilidades do imigrante japonês é o controle da mobilidade empregado pelo Estado Novo por meio da emissão de salvo-condutos. Em 1943 o governo passa a obrigatoriedade de um documento emitido pelas delegacias paulistas que permitisse a circulação dos indivíduos, em especial dos “cidadãos do Eixo”¹⁰⁵. Adriano Luiz Duarte delinea com aguda sensibilidade o efeito dessa burocratização na locomoção dos cidadãos:

A intervenção na vida privada, limitando a possibilidade de circulação, tem por objetivo circunscrever os limites da esfera pública, limites determinados pelo anseio homogeneizador do novo Estado. Destarte, ao se estabelecer uma eficaz intervenção na esfera privada, o espaço público, conseqüentemente, se reduz e passa a ser concebido em função e de acordo com os limites impostos ao mundo privado. Portanto, o Estado Novo explicita com muita clareza e precisão, através do salvo-conduto, seu projeto político: despolitizar a sociedade, silenciar a ação e o discurso de uma população transformando-a em massa. Essa ‘coisa’ sem forma ou desejo definidos, onde se quebram as solidariedades grupais, sejam elas estabelecidas pela profissão, pelo trabalho ou pela origem, de maneira que os sujeitos apareçam absolutamente individualizados e sem vínculos no espaço público.¹⁰⁶

O deferimento e a negação de pedidos e mais pedidos de salvo-condutos compõe uma boa parte dos prontuários inventariados por Marcia Yumi Takeuchi¹⁰⁷, além de outra forma de controle espacial, que são os pedidos de transferência de residência, que deviam ser

¹⁰⁵ DUARTE, Adriano Luiz. A criação do estranhamento e a construção do espaço público – os japoneses e o Estado Novo in: *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: v. 10, n. 2, julho-dezembro, 1997, p.93

¹⁰⁶ op. cit, p.94

¹⁰⁷ TAKEUCHI, op. cit, pp. 95, 97-102, 104, 107, 108, 111, 115, 120, 124, 127, 128, 130, 131, 133, 140, 141, 143, 145, 146, 148, 149, 153, 162, 168-170, 192

prontamente comunicados às delegacias competentes¹⁰⁸. Pela numerosa expressão dessas formas de controle, onde o espaço público fica cada vez e mais cerceado às limitações impostas pelo Estado, a transgressão se transforma num destino facilmente acessível. Coisas como se locomover sem permissão, se mudar sem aviso prévio, falar a língua nativa em público ou transmitir a língua de seus pais e avós entram no terreno da ilegalidade e, em nome da nacionalização, os inimigos nacionais tem a sua imagem do estranhamento reforçada e realçada para que aqueles que são nacionais possam se localizar por aquilo que não é nacional: que não se conforma às normas de segurança nacional, que não se assimila, etc, etc.

3.4 POSSIBILIDADES ESTRANGULADAS E UM LIMITE CHAMADO TRAIÇÃO

É fácil concluir que muito mais do que a ação de um governante só, o clima de repressão e estranhamento aos imigrantes japoneses é uma construção gradual que antecede a ditadura do Estado Novo em si, num projeto de construção de uma identidade nacional que não admitia a presença do não-branco. Indubitavelmente, entretanto, as questões eugênicas foram a pedra basilar onde foi erguida a rejeição do japonês como inimigo político da nação brasileira, graças à guerra. Com os três fatores mencionados anteriormente: assimilação, eugenia e o perigo amarelo, somos capazes de sugerir que o campo de possibilidades, voltando à noção de *projeto*, que um indivíduo como Tokuichi Hidaka dispunha, era um campo extremamente estrangulado: a fala lhe era vedada, pois é visível que ele nunca adquiriu fluência na língua portuguesa; o ensino em sua comunidade também era proibido, com a vigilância operando de forma atenta para possíveis transgressões; sua vida na cidade era isolada, dependendo de outros vindos da cidade, pessoas que obtiveram permissão para tanto, para manter-se informado sobre o que acontecia.

A vida era isolada e o campo de possibilidades mais e mais enevado pela repressão da própria existência. Mas a rádio clandestina continuava sendo uma forma de manter contato com a pátria e seu avanço na guerra. Não obstante a dificuldade da vida na lavoura, o otimismo na vitória do Império conseguia manter a vida em ordem e fugir de um estado absoluto de anomia. Osamu Toyama descreve com detalhes o funcionamento dessa rede clandestina de notícias, enquanto o documentário passa imagens de estações radiofônicas que presumem ao telespectador que sejam imagens da estação de rádio japonesa:

¹⁰⁸ op. cit, pp. 88-90, 94-98, 101, 103, 105, 106, 111, 114, 116-119, 123, 124, 126, 129, 131, 132, 135, 137, 141, 147, 148, 151, 153, 154, 156, 164, 167, 170, 172, 177

A “Nippon Housou Kyoukai”, conhecida atualmente como “NHK”, esta emissora transmitia para a América do Sul por meio de ondas curtas. Era chamado também de “Radio Tokyo”. Só era possível ouvir de um determinado tipo de rádio. Um rádio normal não conseguia captar o sinal. Eram poucas as pessoas que possuíam esse aparelho. O governo brasileiro proibiu o uso do rádio pelos japoneses, então todos ouviam escondidos.

Masayuki complementa o depoimento de Toyama, falando sobre o teor das transmissões:

Quem ouvia essa rádio, só tinha notícias das vitórias do Japão. Nem se pensava duvida do conteúdo das informações.

Tokuichi Hidaka, como boa parte de sua comunidade, viveu até o fatídico agosto de 1945 com a firme esperança de que a vitória era uma questão de tempo. Aqui ele diz sobre as notícias que ouvia na rádio:

Em Tupã, eu ouvia as notícias oficiais do governo japonês. Ouvia apenas boas notícias. Sobre as vitórias na Manchúria e na China, sobre as vitórias militares japonesas. Ficava informado também através de diversas revistas japonesas. Como ouvia apenas isso, achava que a vitória não tardaria.

O cenário inusitado evocado por Osamu Toyama é a de que logo após o anúncio da rendição do Japão em agosto de 1945, notícias que proclamavam sua vitória começaram a se espalhar entre os imigrantes. Nunca se confirmou de onde essas informações partiram, mas se entendermos que o nacionalismo presente em vários imigrantes pressupunha a vitória do Japão como fato dado a priori, torna-se possível pressupor que essas notícias procuravam desviar a atenção das notícias promovidas pela imprensa brasileira, entendidas como propaganda inimiga contra o império japonês.

E é aqui onde é possível observar o limite da hostilidade aos japoneses. Enquanto cometida por agentes estrangeiros (i.e, a vigilância política brasileira), toda violência e arbitrariedades eram contornáveis pelo princípio do *ganbare*, do perseverar diante da adversidade, de manter-se resiliente na esperança de um dia poder retornar ao Japão¹⁰⁹. Em resumo, a violência do Outro é tolerada, pois a coerência do grupo é mantida. Mas esse limite é rompido a partir do momento em que, de dentro do grupo, cede-se à propaganda inimiga e o inconcebível passa a ser cogitado: a derrota do Japão e a rendição do Imperador. É nesse

¹⁰⁹ O *ganbare* é uma palavra comum no vocabulário cotidiano do japonês que denota um incentivo ao esforço e à perseverança. Adriano Luiz Duarte não chega a se aprofundar na definição do termo, pois de fato seu uso tão amplo que carece de definições precisas. Porém, julgamos o uso da categoria muito apropriada para compreender, de um ponto de vista dos japoneses, como se podia ordenar a vida em meio a desordem e provê-la de esperança ao julgar as adversidades como sempre passageiras. Ver mais em DUARTE, op. cit, p.95

rompimento que podemos compreender quando é que um atentado contra um *kokuzoku*, um traidor da pátria, passa a se tornar uma alternativa no campo de possibilidades de uma pessoa como Tokuichi Hidaka.

A adesão por parte da comunidade japonesa à notícia da rendição é explicável pelo perfil socioeconômico desse “derrotista” (de Conflito Vitorista-Derrotista, como foram chamados essa série de atentados). Desde 1932, o imigrante ascendido economicamente é uma realidade¹¹⁰, com acesso aos meios de comunicação em português e menos isolados nas informações dos eventos¹¹¹, diferentes do “vitorista” que vivia isolado no campo e carecia de quantidades de fontes críveis em língua japonesa¹¹². Quando Rogério Dezem aplica uma média aos 81 prontuários dos japoneses com expulsão do país decretada e traça a partir desta um perfil genérico dessa pessoa envolvida na crença da supremacia do Japão, a descrição acerta em cheio a situação de Tokuichi Hidaka: japonês (homem), casado, budista, com menos de 50 anos, lavrador, alfabetizado em língua japonesa (com grandes dificuldades em compreender a língua portuguesa) e que chegou ao Brasil entre 1925 e 1935.¹¹³

Feitas estas exposições, acreditamos ter tornado as ações desse imigrante mais inteligíveis ao leitor. Relembremos de nosso fio-condutor, o conceito de *projeto* de Gilberto Velho: cruzando a instância exterior que rodeava a vida do jovem Hidaka (o Brasil de Vargas) com suas crenças e convicções políticas (exploradas no segundo capítulo), é possível compreender melhor o *projeto* de “deter um traidor da pátria”. Essa “deliberação consciente a partir das circunstâncias, do *campo de possibilidades* em que está inserido o sujeito”¹¹⁴ ocorrera na consciência de um indivíduo fervorosamente patriota¹¹⁵ que não só conhecia apenas a possibilidade da vitória do Japão, como essa mesma vitória era o seu único horizonte de esperança restante em tempos de constante hostilidade contra os japoneses.

As boas notícias transmitidas pela rádio NHK, escutadas às escondidas, alimentavam o sonho de um futuro de volta ao Japão. Os anúncios de derrota pelo inimigo não passariam de tentativas frustradas de abalar a fé no Imperador. Tudo era suportável, pois a vitória era certa. Tudo, menos a traição. Já a afirmação da derrota vinda de dentro poderia sim fazer brotar a semente da dúvida contra o indubitável, a nação japonesa, e isso devia ser prontamente combatido a ferro e fogo.

¹¹⁰ LEÃO, op. cit. p.32

¹¹¹ DEZEM, op. cit. p.10

¹¹² Ibidem

¹¹³ op. cit. p.22

¹¹⁴ VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: *Identidade, Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 102

¹¹⁵ Ver o sentido que o próprio Tokuichi Hidaka dá ao seu sentimento patriótico na página 17

CONCLUSÕES

“O que eu fiz, eu fiz por ser japonês. Não recebi ordem de ninguém. Vivo a vida como japonês e mantenho o ensinamento dos meus pais. O japonês, não importa o lugar e as circunstâncias, é preciso ter esse espírito.”

Tokuichi Hidaka, em sua última fala no documentário “Yami no Ichinichi”

A importância do conceito de *projeto* como fio condutor para situar historicamente as ações de Tokuichi Hidaka extrapola a própria pessoa de Hidaka e diz respeito a questões com as quais a comunidade nipo-brasileira lida até hoje, de modo incerto, vacilante e por vezes, infelizmente, às cegas: sua identidade.

De acordo com Gilberto Velho:

As circunstâncias de um presente de um indivíduo envolvem, necessariamente, valores, preconceitos, emoções. O *projeto* e a *memória* associam-se e articulam-se ao dar *significado* à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria *identidade*¹¹⁶.

Compreender, portanto, um dos atentados do Caso Shindo Renmei, afastando o silêncio atribuído à anomia e buscar entendê-lo em sua dimensão política e histórica, é compreender um aspecto da identidade japonesa que esteve presente em determinado ponto do passado dos imigrantes, que é pouco reconhecida e muito silenciada. Que ela seja silenciada em situações solenes como a comemoração dos 110 anos da imigração japonesa é compreensível de um ponto de vista diplomático, uma vez que essas comemorações estão sempre permeadas pela agência de órgãos diplomáticos e pela cordialidade implicada a estas. Mas fora das instâncias comemorativas, o que é possível de se perceber no seio da comunidade nipo-brasileira é uma certa crise, um divórcio desta para com o seu passado: uma crônica que se inicia de 1908 a 1912, perpassa os anos 1920 e irrompe numa densa neblina que apenas se dissipa nos anos 1960, quando há a reaproximação entre Brasil e Japão.

É perfeitamente compreensível que os tempos árdios dos anos 1930 e 1940 sejam silenciados, uma vez que o silêncio, como lembra Michael Pollak, é uma ferramenta para evitar embaraços, reviver dores indesejáveis e tentar conduzir a vida paralelamente à ausência de sentida engendrada pelo evento traumático¹¹⁷. Mas também é verdade, segundo o mesmo autor, que “para relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar

¹¹⁶ VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: *Identidade, Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p.101 (grifos do autor)

¹¹⁷ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.3-15, 1989, p.6

uma escuta”¹¹⁸, coisa que estas testemunhas não tiveram fora do âmbito familiar, sendo o interesse público parte ausente dessa equação até muito recentemente. No momento em que essas escutas tornam-se disponibilizadas, os depoimentos começam a surgir. Afinal, é verdade que deparadas com a morte iminente a todos nós, há um desejo de inscrever suas lembranças contra o esquecimento. O resultado disso é que quando há a disposição de ouvir, decorre desta a disposição de falar por parte do outro que deseja ser ouvido.

Mesmo com disposições em cenas, expor velhas feridas de um tempo passado confuso e traumático é um desafio difícil. Tomemos emprestada a noção de “crise catastrófica” de Jörn Rüsen para precisarmos a dimensão do trauma com a qual julgamos estar lidando aqui:

Uma “crise catastrófica” destrói o potencial da consciência histórica de processar a contingência em uma narrativa portadora e provedora de sentido. Nesse caso, os princípios básicos da geração de sentido em si mesmos, que permitem a coerência da narrativa histórica, são desafiados ou mesmo destruídos. Eles precisam ser transgredidos em um aqui e agora cultural ou mesmo abandonados. Por isso, é impossível dar a essa crise um lugar na memória daqueles que precisam sofrê-la. Quando isso ocorre, a linguagem do sentido histórico silencia. Ela torna-se traumática. Leva tempo, algumas vezes mesmo gerações, para se encontrar a linguagem na qual seja possível articulá-la.¹¹⁹

Rüsen emprega esse conceito de crise catastrófica em paralelo a outras duas formas mais branda de crise, a “crise normal” e a “crise crítica”, ambas ainda contornáveis segundo a mesma linguagem provedora de sentido para o passado, ou em outras palavras, contornáveis pela forma costumeira de historicização. Mas definitivamente não é o caso da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Não bastasse o impacto global que foram as bombas atômicas e sua capacidade destrutiva, sem contar a espantosa dimensão genocida no lançar de uma única bomba, uma terceira bomba atômica costuma ser ignorada, que é a bomba lançada nas consciências nacionalistas, em forma da rendição pública do Imperador Hirohito e a revogação de seus poderes monárquicos com a nova (e imposta) Constituição de 1947.

A alegoria pode soar irresponsável com as vítimas da bomba atômica, mas a seriedade da afirmação a justifica: todos os valores políticos cultivados e protegidos em forma de veneração à figura do Imperador, representação máxima da nação e do povo japonês, foram obliterados. O futuro adiante não comportava mais essa cosmologia. Se antes, no capítulo 2, enfatizamos o suicídio ritual (o seppuku), como prática institucionalizada e sancionada sociologicamente na história japonesa, os surtos de suicídios que vêm subsequentes à guerra

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ RÜSEN, Jörn. *Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história*. História da Historiografia, n. 2, p. 163-209, mar. 2009, p.171

na década de 1950 denotam, ao contrário, o efeito de uma anomia (no sentido durkheimiano) sem precedentes que assola um Japão acometido de um trauma recente e catastrófico¹²⁰.

O trauma, ainda que suprimido pelo silêncio, é um entrave para a vida prática, pois destrói os conceitos efetivos de sentido e sua possibilidade de orientação¹²¹. Os valores passados pelos familiares e pela comunidade já não conseguem mais corresponder à realidade vivida. Tal cisão resulta num paulatino abandono da identificação com a comunidade nipo-brasileira pelas gerações mais jovens, o que, em última instância, preocupa essa comunidade em sua própria capacidade de se manter viva e escapar do esquecimento de si própria.

Curiosamente, na medida em que as reflexões que deram corpo a este trabalho tomaram a forma de apresentações em diferentes locais e ocasiões (Instituto Cultural Brasil Japão, Bunkyo de São Paulo, Bienal do Livro), jovens nikkeis se apresentaram interessados em acompanhar essas tentativas de reatar o nó partido entre o passado traumático e a realidade vivida e sofrida por familiares. Mesmo a historicização do trauma sendo um processo paradoxal, já que a historicização confere sentido ao passado e o trauma é a abolição de sentido¹²², a tentativa de ser franco e aberto à contingência e os desafios de inteligibilidade que ela engendra, transforma esse processo epistemológico numa experiência mais interessante e frutífera do que a internalização e o silenciamento do trauma.

Creemos ter sido bem sucedidos em evidenciar ao longo destas páginas que a especialização historiográfica que auxilia nesse processo de reconexão com o passado partido implica na especialização da pesquisa da história dos japoneses que aqui passaram e do Japão de onde estes vieram. Aspectos e conceitos chave do pensamento político japonês que se manifestou nos anos 1940 (*koku*, *kokutai*, *aikoku*, *seppuku*, etc) têm suas formulações baseadas em releituras de noções políticas de séculos ou que foram baseadas em clássicos chineses sobre a arte da política e da governança. O refinamento teórico que embasou esse trabalho buscou evidenciar a expansão das possibilidades de se fazer história para além dos documentos escritos e ressaltar a utilidade tucididiana dos relatos orais, mesmo quando sob a edição e pré-narração de um diretor.

No mínimo, este estudo se pretendeu mais uma chave para abrir a larga e pesada porta dos estudos asiáticos para a historiografia brasileira. É nesse sentido que esperamos termos sido bem sucedidos.

¹²⁰ IGA, Mamoru; OHARA, Kenshiro. Suicide Attempts of Japanese Youth and Durkheim's Concept of Anomie, In: GIDDENS, Anthony (org.) *The Sociology of Suicide – A Selection of Readings*, London, Frank Cass and Company Limited, 1971, p.223

¹²¹ RÜSEN, op. cit. p. 195

¹²² op. cit. p.198

ANEXO

IMIGRANTES ENTRADOS NO BRASIL SEGUNDO ALGUMAS
NACIONALIDADES

ANOS	TOTAL	ALEMÃES	ESPANHOIS	ITALIANOS	JAPONES	PORTUGUESES	RUSSOS	OUTRAS
1908	90536	2931	14862	13873	830	37628	5781	14631
1909	84090	5413	16219	13668	31	30577	5663	12519
1910	86751	3902	20843	14163	948	30857	2462	13576
1911	133575	4251	27141	22914	28	47493	14013	17735
1912	177887	5733	35492	31785	2909	76530	9193	16245
1913	190333	8004	41064	30886	7122	76701	8251	18305
1914	79232	2811	18945	15542	3675	27935	2958	7366
1915	30333	169	5895	5779	65	15118	610	2667
1916	31245	364	10396	5340	165	11981	616	2473
1917	30277	201	11113	5478	3899	6817	644	2125
1918	19793	1	4225	1050	5599	7981	181	756
1919	36027	466	6627	5231	3022	17068	330	3283
1920	69042	4120	9136	10005	1013	33883	245	10640
1921	58476	7915	9523	10770	840	19981	1526	7912
1922	65007	5038	8869	11277	1225	28622	279	9697
1923	84549	8254	10140	15830	895	31866	777	16778
1924	86052	22168	7238	13844	2673	23267	559	26303
1925	82547	7175	10062	9846	6330	21508	756	26870
1926	118686	7674	8802	11977	8407	38791	751	42194
1927	97974	4878	9070	12487	9084	31236	616	30603
1928	78128	4228	4436	5403	11169	33882	823	18097
1929	96186	4351	4505	5288	16648	38879	839	25616
1930	62610	4180	3218	4253	14076	18740	2699	15444
1931	27465	2621	1784	2914	5632	8152	370	5992
1932	31494	2273	1447	2155	11689	8499	461	4981
1933	46081	2180	1693	1920	24494	10695	79	5020
1934	46027	3629	1429	2507	21930	8732	114	7686
1935	29585	2423	1206	2127	6911	9327	29	4862
1936	12773	1226	355	462	3306	4626	19	2779
1937	34677	4642	1150	2946	4557	11417	52	9913
1938	19388	2348	290	1882	2524	7435	19	4890
1939	22668	1975	174	1004	1414	15120	2	2979
1940	18449	1155	409	411	1268	11737	17	3452
1941	9936	453	125	89	1548	5777	23	1923
1942	2425	9	37	3	-	1317	-	1059
1943	1308	2	9	1	-	146	-	1150
1944	1593	-	30	3	-	419	20	1121
1945	3168	22	74	180	-	1414	2	1476

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1951 (apud. LEÃO, 1990, p.187)

BIBLIOGRAFIA.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo, In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999^a

GERALDO, Endrica. O 'perigo alienígena': política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2007

DE BARY, William Theodore; KEENE, Donald; TSUNODA, Ryusaku (orgs.) *Sources of Japanese Tradition* Volume II, Columbia University Press, 1958

DEZEM, Rogerio. " Hi-no-maru manchado de sangue - A Shindo Renmei e o Deops/SP " in TUCCI CARNEIRO, M. L., TAKEUCHI, M. Y., *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*, São Paulo: Edusp, 2010.

DOAK, Kevin. *A history of nationalism in modern Japan: placing the people*. Brill, 2006

DUARTE, Adriano Luiz. A criação do estranhamento e a construção do espaço público – os japoneses e o Estado Novo in: *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: v. 10, n. 2, julho-dezembro, 1997

FEITOSA, Andre Fonseca. O documentário enquanto fonte histórica: possibilidades e problemáticas. In: XXVII Simpósio Nacional de História, Conhecimento histórico e diálogo social, Natal: Anais. Natal: ANPUH. 2013, p.7

FERREIRA, Dirceu Franco. *Rebelião e reforma em São Paulo: aspectos socioeconômicos e desdobramentos políticos da primeira fuga em massa de um presídio brasileiro (ilha Anchieta, 1952)*. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, nº3

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro. Paz e terra, 2010

FUSÉ, Toyomasa. *Suicide and culture in Japan: A study of seppuku as an institutionalized form of suicide*. *Social psychiatry*, v. 15, n. 2, p. 57-63, 1980

GERALDO, Endrica. *O 'perigo alienígena': política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2007

GRELE, Ronald J. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva a história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. cap. 4, p. 267-277.

IGA, Mamoru; OHARA, Kenshiro. Suicide Attempts of Japanese Youth and Durkheim's Concept of Anomie, In: GIDDENS, Anthony (org.) *The Sociology of Suicide – A Selection of Readings*, London, Frank Cass and Company Limited, 1971

KANTHA, Sachi Sri. *Suicides of 84 Newsworthy Japanese between 1912 and 2015*. International Medical Journal, v. 22, n. 5, 2015

KAWAI, Yuko. *Stereotyping Asian Americans: The dialectic of the model minority and the yellow peril*. The Howard Journal of Communications, v. 16, n. 2, 2005

MACIEL, Maria Eunice de Souza. *A eugenia no Brasil*. Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. N. 11 (jul. 1999), p. 121-143, 1999.

MARUYAMA, Masao. Theory and Psychology of Ultra-Nationalism, tradução por Ivan Morris, in MARUYAMA, Masao. *Thought and Behavior in Modern Japanese Politics*, Oxford University Press, 1963

LEÃO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930 – 1934): contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989. Relações Internacionais; n. 10.

LIMA, Oliveira. *Cousas Diplomáticas*. Lisboa. A Editora. 1908

MERQUIOR, José Guilherme. *Saudades do Carnaval: introdução à crise da cultura*, Rio de Janeiro, Forense, 1972

MORETTIN, Eduardo Victorio. *O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro*. História: Questões & Debates, Curitiba, nº 38, 2003

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP: Papyrus, 2005

ODIN, Roger. *Filme documentário, leitura documentarizante*. Significação: Revista de Cultura Audiovisual, v. 39, n. 37, 2012

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.3-15, 1989

PROST, Antoine. Charles Seignobos revisite. In: *Vingtième Siècle, revue d'histoire*. nº 43, juillet-septembre 1994. Dossier: Histoire au present de la “political correctness”

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999a

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo. Companhia das Letras, 1993

RÜSEN, Jörn. *Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história*. História da Historiografia, n. 2, p. 163-209, mar. 2009

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo, Editora Humanitas, 2008

----- *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo, Editora Humanitas, 2008

VALDERRAMA LÓPEZ, Josefa. *Beyond words: the "kokutai" and its background*. HMiC: história moderna i contemporània, n. 4, 2006

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: *Identidade, Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

FONTES

SÃO PAULO. (Estado). 83ª *Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva em 10 de outubro de 2013 – Casos de tortura e morte de imigrantes japoneses (1946-1947) – Parte 1 – (10/10/13)*. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/videos/casos-de-tortura-e-morte-de-imigrantes-japoneses-1946-1947-parte-1-10-10-13>> Acesso em: agosto de 2019

SÃO PAULO. (Estado). *Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva – Tomo III – Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – 2013*. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-iii/>>. Acesso em: agosto de 2019

YAMI no Ichinichi – O Crime que abalou a Colônia Japonesa no Brasil. Direção de Mário Jun Okuhara. São Paulo: Imagens do Japão – IMJ Produções, 2012. (81 min.) Acessível em <<https://www.youtube.com/watch?v=N4Tg2qTIXYc>>. Acesso em: fevereiro de 2019